



Cartilha de Orientação

**para Gestores Municipais do
Turismo em Minas Gerais**

2025



Governo de Minas Gerais

Governador do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto

Vice-Governador do Estado de Minas Gerais

Mateus Simões

Secretário de Estado de Cultura e Turismo

Leônidas José de Oliveira

Secretária de Estado Adjunta de Cultura e Turismo

Josiane Miriam de Souza

Subsecretária de Turismo

Patrícia de Cássia Gomes Moreira

Superintendente de Políticas do Turismo e Gastronomia

Petterson Menezes Tonini

Superintendente de Marketing Turístico

Thiago Vinicius Ferreira

Ficha Técnica

Coordenação Geral:

Ane Caroline Lopes Machado

Coordenação Técnica e Conteúdo:

Marcela Costa Bifano de Oliveira

Kátia de Laura Borges

Elaboração do conteúdo:

Marcela Costa Bifano de Oliveira

Kátia de Laura Borges

Ane Caroline Lopes Machado

Revisão do conteúdo:

Alexandre Sironi

Ângelo Luiz Rezende

Camila Moreira de Oliveira

Christian Rodrigo Costa

Jean Cláudio Rodrigues de Oliveira

Júlia da Mata Resende

Matheus Felix de Melo Alves

Milena dos Santos

Samira Torres Lamaita

Diagramação:

Lucas Saraiva Sauer

Júlia da Mata Resende

Sumário

Mensagem aos Gestores.....	03
Apresentação.....	04
1. Turismo: uma viagem pelos conceitos básicos.....	05
2. Atores, políticas, instrumentos e ações de planejamento e gestão para o turismo.....	22
3. Dados do Turismo: Avaliação e monitoramento.....	67
4. Amplie seu conhecimento.....	77
Referências.....	89

Mensagem aos Gestores

Minas Gerais é feita de histórias que não cabem apenas nos livros: elas vivem nas ruas, nos sabores, nas festas, nas montanhas e no olhar de cada mineiro.

O turismo é a chave que abre essas histórias para o mundo, conectando passado, presente e futuro. Ele preserva nossa memória, valoriza nossas tradições e movimenta a economia, criando oportunidades que transformam territórios e pessoas.

Cada cidade mineira é um destino singular, com vocações únicas que revelam a riqueza e a diversidade do nosso estado. Reconhecer e fortalecer essas vocações é construir um turismo inovador, sustentável, inclusivo e profundamente enraizado na identidade local.

Ao integrar comunidades e acolher visitantes, criamos mais do que rotas: criamos experiências que ficam na memória e no coração.

Minas não se visita apenas – Minas se vive.

Esta Cartilha é um convite para que cada gestor seja protagonista desse movimento, transformando o turismo em uma força cultural, social e econômica capaz de projetar Minas Gerais para o futuro, sem jamais perder de vista sua alma.

Leônidas de Oliveira

Secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais.

Apresentação

Ao longo dos últimos anos, o turismo vem se consolidando como um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira e global, impulsionando o desenvolvimento social e econômico dos territórios. Além de gerar muitos empregos e oportunidades, a atividade turística contribui significativamente para a preservação cultural, a promoção da paz social e o desenvolvimento de infraestrutura, oferecendo benefícios para comunidades locais e visitantes.

Segundo o IBGE, Minas Gerais esteve na posição de liderança no índice de atividades turísticas em 2024. O estado apresentou um índice de crescimento acima da média nacional por vários meses e os números mostram que cada vez mais pessoas estão escolhendo Minas Gerais como destino de viagem, impulsionando nossa economia e gerando milhares de empregos. Isso é fruto de um trabalho conjunto entre o Governo do Estado, Instâncias de Governança Regionais, municípios, iniciativa privada, terceiro setor e sociedade civil, para o fortalecimento e evolução da atividade turística em Minas e a construção de um futuro mais próspero para todos.

Assim, com um sentimento de orgulho e compromisso, a Secult-MG apresenta a Cartilha para Orientação de Gestores Municipais do Turismo em Minas Gerais, que integra o Projeto Caminhos do Turismo. Esse projeto faz parte do programa de capacitação Cria.Forma – Formação em Turismo e Cultura – e busca oferecer suporte e orientação aos gestores municipais, proporcionando informações sobre políticas e ações estaduais. Também visa fortalecer a gestão municipal, por meio de capacitação e apoio na formulação de projetos e ações locais, com foco no desenvolvimento e consolidação de políticas públicas de turismo.

Esta cartilha, organizada em quatro tópicos, tem por objetivo auxiliar os gestores públicos municipais mineiros e demais interessados no desenvolvimento estratégico, acessível e sustentável do turismo local e regional. Ela fornece, de maneira simplificada, informações e instrumentos úteis e práticos sobre formalização, gestão, planejamento e organização do turismo no contexto da administração pública. Além disso, disponibiliza diferentes fontes de apoio para aqueles que desejam aprofundar nas temáticas apresentadas e implementá-las. A intenção é que este material não se esgote em si, mas sirva como guia, sobretudo no início do trabalho dos gestores públicos do turismo.

Esperamos que esta cartilha seja útil no planejamento e gestão da atividade turística em seus municípios.



1.

Turismo

uma viagem pelos conceitos básicos

1.1 O que é turismo?

O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico que compreende as atividades realizadas por pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos do seu habitat natural por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios e outros (Brasil, 2007).

1.2 Quem são os usuários dos serviços e produtos turísticos?



Excursionistas

Visitantes temporários que não pernoitam no destino, permanecendo **menos de 24 horas** no local visitado.



Turistas

Pessoas que se deslocam para fora de seu local de residência permanente por **mais de 24 horas**, pernoitam, por motivo outro que o de não fixar residência ou exercer atividade remunerada, realizando gastos de qualquer espécie, com renda recebida fora da região visitada (Brasil, 2018).



Visitantes

Pessoas (turistas e excursionistas) que se deslocam do seu local de residência para realizarem viagens curtas de negócios, participarem de eventos, lazer, visitarem parentes ou amigos.



Residentes

Pessoas que **vivem na cidade** por um período maior que 6 meses.

1.3 Por que desenvolver o turismo?

O turismo faz parte do setor terciário, sendo um indutor para o desenvolvimento da economia local e regional ao gerar empregos, renda e fortalecer empreendimentos.

Para além dos aspectos econômicos, o turismo também é visto como prática social e cultural, já que estabelece a interação entre visitantes, turistas e residentes. Pode ser um instrumento importante para a preservação do patrimônio cultural e natural dos municípios.

No entanto, cabe ressaltar que o turismo também pode gerar impactos negativos, como danos ao meio ambiente e patrimônio, perda de identidade, aumento dos preços e da produção de lixo, gentrificação, entre outros (CNM, 2019). Portanto, é essencial que os gestores públicos realizem um planejamento do seu destino turístico, adotando instrumentos que garantam sua organização e crescimento de forma responsável.



Saiba mais:

Assista: [O Turismo para Desenvolver o meu Município](#)

1.4 Como o Turismo é Organizado

O turismo, como uma atividade dinâmica e multifacetada, depende de uma organização bem estruturada para, assim, atender às necessidades dos turistas, maximizar os benefícios para os destinos e sua comunidade e garantir a sustentabilidade local.

Beni (2003) conceitua, descreve e define o turismo a partir do modelo do Sistema de Turismo (SISTUR). Esse modelo apresenta o turismo como um sistema aberto composto por dois conjuntos internos: Organização estrutural (superestrutura e infraestrutura) e Ações operacionais (oferta, demanda e mercado) que criam uma rede integrada que sustenta o funcionamento dessa atividade (Filho e Fogaça, 2014).

Sistema de Turismo (SISTUR)



1.4.1 Organização estrutural

O conjunto das Organizações Estruturais permite a compreensão da “estrutura do SISTUR”. Esse conjunto estabelece as condições essenciais para a concretização da atividade turística e para o desenvolvimento do próprio SISTUR, abrangendo, por exemplo, as **infraestruturas** indispensáveis ao seu crescimento, assim como as **normativas e gestão** (superestrutura) que asseguram seu adequado funcionamento.

1.4.1.1 Infraestrutura

A infraestrutura abarca todo o conjunto de obras, estrutura física e serviços que proporcionam boas condições de vida para a comunidade e dá base para o desenvolvimento da atividade turística (Fogaça, 2014).

A existência de infraestrutura é condição básica para o desenvolvimento do turismo (Fogaça, 2014). No entanto, há uma distinção entre infraestrutura geral e infraestrutura específica.

A **infraestrutura geral** atende tanto ao turismo quanto a outras atividades econômicas, como transporte, telecomunicações, energia, saneamento e abastecimento. Para entender ao subsistema de infraestrutura de uma localidade, é essencial analisar acessos, infraestrutura urbana, qualidade, capacidade e custos (Beni, 2003).



Atenção:

Gestor, é de suma importância implementar ações que garantam acessibilidade urbana, inclusão social e promoção do turismo acessível a todos os cidadãos, sem discriminação de qualquer natureza aos setores ligados à atividade turística.



Saiba mais:

Conheça o [Programa Turismo Acessível](#)

A **infraestrutura específica** varia conforme a demanda turística e se divide em duas classes: a que fomenta investimentos turísticos, como pavimentação de acessos a regiões estratégicas, e a que atende diretamente ao turismo, como vias para locais turísticos, como feiras de artesanato (Beni, 2003).

Quando há grande fluxo de visitantes, a infraestrutura específica se torna crucial para evitar impactos negativos, como problemas de higiene e salubridade. Segundo Beni (2003), investimentos podem ser locais (ex.: iluminação turística) ou ampliações da infraestrutura geral (ex.: terminais turísticos).



Importante:

“serviços de infraestrutura específica” é diferente de “equipamentos e serviços turísticos” (como hotéis, restaurantes etc.), os quais fazem parte da oferta turística.

1.4.1.2 Superestrutura

O turismo exige um sistema de administração sólido e regulamentado. A superestrutura refere-se à organização pública e privada que harmoniza a produção e venda de serviços turísticos, garantindo o bem-estar local e a preservação dos recursos (Beni, 1990, 2003). A partir desse subsistema, são definidas as diretrizes para o desenvolvimento do turismo, abrangendo órgãos públicos e privados, políticas e estratégias governamentais.

O poder público tem um papel fundamental na promoção do turismo, ao definir prioridades, estabelecer normas e gerir recursos para o desenvolvimento do setor (ver capítulo 2). Cabe a ele orientar as diretrizes e fornecer as condições necessárias, desde infraestrutura básica até estímulos financeiros.

Para analisar a superestrutura de um destino turístico, é essencial questionar (Fogaça, 2014):



- ▶ Como está organizada a política local?
- ▶ Quais instituições gerenciam o turismo?
- ▶ Como atuam?

A posição do turismo na administração pública varia conforme as políticas governamentais, mas seu propósito sempre será promover o crescimento e organização do setor. Além disso, o turismo é intersetorial e exige planejamento integrado.

1.4.1.3 A importância da articulação entre os diferentes atores no desenvolvimento sustentável do Sistema Turístico - Sistur

A cooperação entre governo federal, estadual e municipal, setor privado, comunidades locais e terceiro setor é primordial para formar políticas públicas para o desenvolvimento do turismo.

Pela abrangência e dinamicidade do turismo, é essencial estabelecer parcerias, ordenamento e articulação entre diferentes atores, incluindo hospedagem, alimentação, transporte local, comércio, transporte, agência de viagem, cultura e lazer. Essa colaboração busca atender às demandas dos turistas e da comunidade local, como um meio para o fortalecimento do setor.

A cadeia produtiva do turismo mostra as ligações que ocorrem entre as diferentes empresas necessárias para se chegar ao produto final (produto turístico). Além do aspecto técnico (o de transformação dos recursos em produtos), o conceito de cadeia produtiva diz respeito também às relações comerciais e financeiras (como fluxos de troca) entre os elos da cadeia (Pimentel e Pimentel, 2015).



Você sabia:

O turismo nem sempre recebe a devida importância na estrutura administrativa, sendo muitas vezes vinculado a outras pastas como cultura, educação, economia, etc. No Brasil, só ganhou reconhecimento em 2003, com a criação do Ministério do Turismo.

1.4.2 Ações Operacionais

O conjunto das Ações Operacionais permite compreender a “dinâmica do turismo”, seus recursos e elementos constitutivos, ou seja, seu funcionamento em essência.

1.4.2.1 Mercado

O subsistema de mercado estabelece a relação entre a demanda (os turistas e suas necessidades) e a oferta (os produtos colocados à disposição dos turistas, como atrativos, hotéis, restaurantes etc.) e os processos de produção, distribuição e consumo (Beni, 1990, 2003).

1.4.2.1.1 Oferta Turística

A oferta turística é um conjunto de atrativos, serviços e equipamentos turísticos, bem como toda infraestrutura de apoio de um determinado destino, que são utilizados em atividades designadas turísticas (Brasil, 2018).

Ela constitui tudo o que torna um território atrativo e é um dos pontos centrais no planejamento e gestão do turismo de qualquer município. Por isso, entender e aprimorar a oferta turística local deve ser uma das prioridades da gestão.

A oferta deve ser classificada a partir de recursos e atrativos capazes de atrair fluxos de visitantes que, posteriormente, devem ser transformados em produtos turísticos que serão ofertados e consumidos pelos turistas.

Etapas da criação da oferta turística



1. Recurso

Escolher os que são capazes de atrair visitantes.



2. Atrativo

Acessibilidade física e legal.



3. Produto Turístico

Inserção de Equipamentos e Serviços.



Recursos

Elementos que possuem potencial de atratividade, como: montanhas, rios, praias, clima, pessoas, comunidades, gastronomia, festas tradicionais, museus e o legado histórico, como edifícios e arquitetura, abrangendo tanto recursos materiais quanto imateriais. Contudo, apesar do potencial, ainda não são explorados comercialmente para o turismo ou lazer, demandando um processo de valorização para se transformarem em produtos turísticos.



Atrativos

São os elementos que despertam o interesse do público por um determinado destino. No entanto, eles só se tornam um produto turístico quando são complementados por serviços e infraestrutura que possibilitam sua utilização (CNM, 2019).

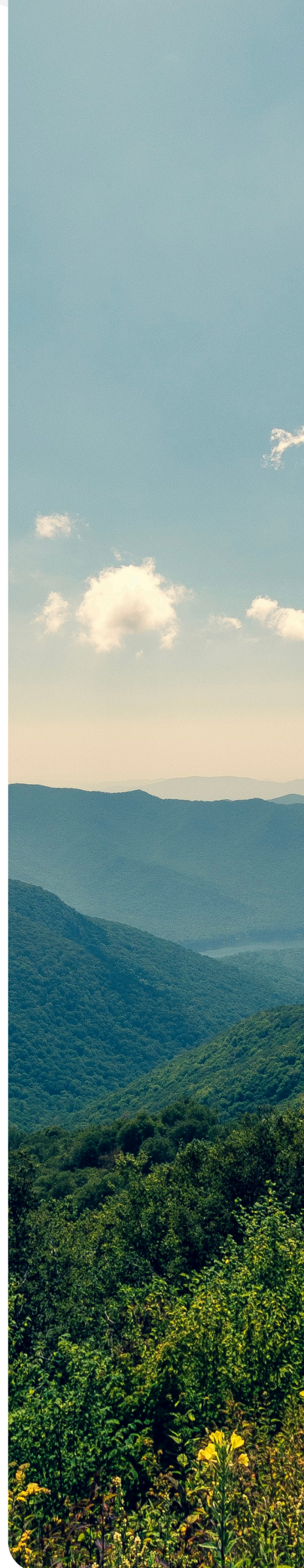


Produtos

Combinação de bens, serviços, atrativos e infraestrutura, organizadas de forma a oferecer vantagens ao cliente, estando livre para usufruto dos turistas para satisfação de suas motivações e expectativas. A transformação desses atrativos em produtos turísticos constitui a oferta turística, essencial para o desenvolvimento de destinos (CNM, 2019).

Uma das maiores dificuldades dos gestores municipais, em geral, é conseguir diferenciar em seu território quais são os recursos, atrativos e produtos turísticos. Compreender isso faz total diferença para o planejamento e gestão da oferta local.

E você consegue identificá-los no seu município?



Em síntese, para a oferta turística ser disponibilizada no mercado e consumida por turistas, ou seja, ser um produto turístico, é necessário infraestrutura (estradas, sinalização, serviços e equipamentos urbanos) e equipamentos turísticos* (meios de hospedagem, serviços de alimentação, entretenimento, agências de viagem, transportes) que ofereçam suporte para a chegada e permanência dos visitantes e satisfaçam as expectativas deles.

*Os equipamentos turísticos são classificados como Atividades Características do Turismo (ACTs) para o aprimoramento e atualização do Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo – SIMT, objetivando subsidiar o Ministério do Turismo na formulação de políticas e estratégias para o desenvolvimento do turismo (Brasil, 2015).

As ACTs contemplam a maior parte dos gastos dos turistas e estão subdivididas em oito grupos: alojamento; alimentação; transporte terrestre; transporte aquaviário; transporte aéreo; aluguel de transporte; agência de viagem; e cultura e lazer (Brasil, 2015).

Essa classificação é útil para busca de dados do setor turístico, sendo utilizada para pesquisas no Observatório Nacional de Turismo e no Extrator de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Exemplos de Produtos Turísticos em Minas Gerais:

Culturais



Rota das Artes: Circuito que percorre ateliês, galerias e centros culturais em cidades como Belo Horizonte, Ouro Preto e Brumadinho, proporcionando experiências imersivas com artistas locais, exposições e oficinas de artes visuais.

Caminhos de Rosa: Caminho que percorre cidades como Cordisburgo e Morro da Garça, revivendo cenários das obras do escritor João Guimarães Rosa, com visitas a museus, contação de histórias e travessias por paisagens do sertão mineiro.

Gastronômicos



Rota Queijo do Serro: Itinerário que visita fazendas produtoras de queijo nos municípios de Serro, Santo Antônio do Itambé e Conceição do Mato Dentro com degustação e oficinas de produção.

Rota da Café do Cerrado Mineiro: Percurso que oferece aos visitantes a oportunidade de conhecer a cultura do café, desde as fazendas produtoras até a torrefação e as cafeterias.

Ecoturismo e Aventura



Parque Nacional da Serra do Cipó: Ideal para o ecoturismo e o turismo de aventura, com atividades como trilhas, escalada, rapel e banhos de cachoeira.

Parque Estadual do Ibitipoca: Conhecido por suas formações rochosas, grutas e cachoeiras, com roteiros de trekking e contemplação.

Religiosos e Espirituais



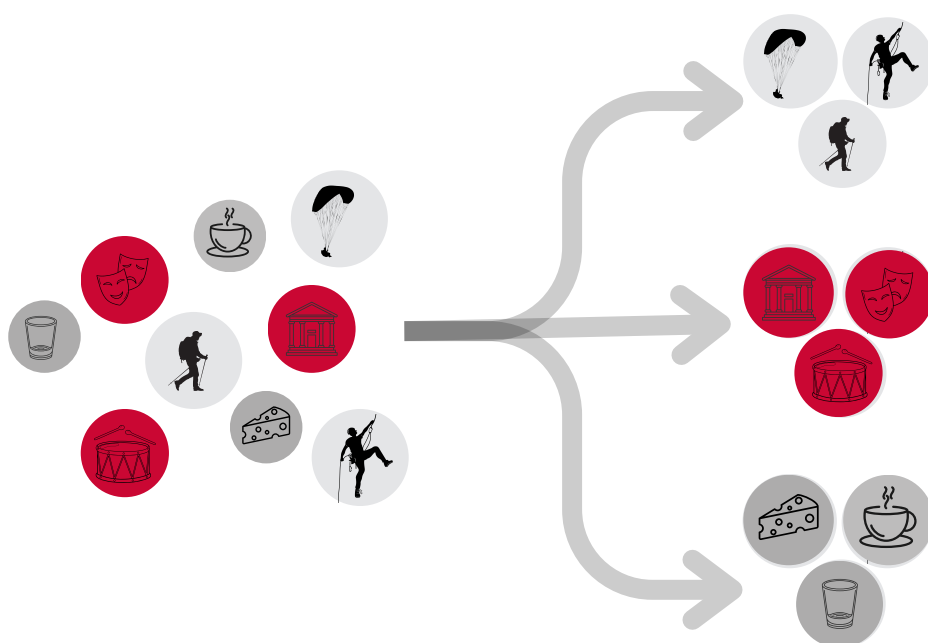
Caminho de Nhá Chica: Caminho de peregrinação que passa por cidades como Baependi e São Lourenço, percorrendo locais marcantes da vida e legado de Nhá Chica, com visitas a igrejas, centros de fé e espaços de devoção.

Caminhos de Luz Chico Xavier: Itinerário que passa por cidades como Pedro Leopoldo e Uberaba, visitando locais emblemáticos da vida e obra de Chico Xavier, incluindo centros espíritas, museus e espaços de reflexão sobre sua mensagem de amor e caridade.

1.4.2.1.2 Segmentação da Oferta Turística

Segmentar é agrupar por padrões semelhantes. É como olhar o todo e organizar em caixinhas aqueles elementos que são parecidos. E, a partir daí, analisar cada um desses grupos e entender, de forma mais clara, qual estratégia de marketing é a ideal para cada um deles (Brasil, 2010).

A segmentação de oferta é bastante conhecida. Não é difícil identificar quais são os segmentos de um destino. O primeiro passo para isso é elaborar o Inventário da Oferta Turística (ver p. 41), que é a ferramenta de gestão que proporciona o levantamento de toda a oferta turística do destino.



Com a oferta turística organizada, o destino consegue se posicionar no mercado. De acordo com o Ministério do Turismo (2010), a segmentação pode ser feita a partir da existência de certas características comuns, que podem ser: do território (geográficas, históricas, arquitetônicas, sociais); atividades, práticas e tradições (esportivas, agropecuárias, manifestações culturais, manifestações de fé); serviços e infraestrutura (meios de hospedagem e de lazer).

Isso não significa que um município pode oferecer apenas um segmento, mas deve levar em conta sua vocação e potencialidades para determinado tipo de turismo. São 12 segmentos no turismo estabelecidos pelo Ministério do Turismo (2010). O Turismo Social insere-se de forma transversal entre todos eles, como meio para conduzir e praticar a atividade turística, visando à melhor distribuição de benefícios (Brasil, 2010).

Não é difícil identificarmos os segmentos de oferta de um destino, desde que o inventário seja construído com muito cuidado e esteja sempre atualizado. É importante entender que ele é uma ferramenta de gestão fundamental para a atividade turística, que não pode ser deixado de lado.

Conheça os 12 segmentos turísticos definidos pelo MTur (2010):



Turismo Social



Ecoturismo



Turismo Cultural



**Turismo de Estudos
e Intercâmbio**



Turismo de Esportes



Turismo de Pesca



Saiba mais:

Quer saber mais sobre cada um desses segmentos? Acesse o vídeo:

[Segmentação Turística](#)

[Turismo: atração de investimentos a partir de estratégias inovadoras](#)



Turismo Náutico



Turismo de Aventura



Turismo de Sol e Praia



Turismo de Negócios e Eventos



Turismo Rural



Turismo de Saúde

1.4.2.1.3 Elaboração de Produtos Turísticos

A elaboração de produtos turísticos é um processo estruturado que envolve várias etapas, com o objetivo de criar experiências e serviços que atendam às necessidades e expectativas dos visitantes e turistas, promovendo os destinos de forma responsável e atrativa. A estruturação de roteiros e rotas como produtos turísticos é uma etapa essencial para organizar as experiências oferecidas em um destino ou região. Esses produtos conectam atrativos, serviços e experiências em uma sequência planejada, criando um fluxo lógico e atrativo para os turistas.



Saiba mais:

Assista:

[Produtos Turísticos e Plano de Marketing](#)

O que são Roteiros e Rotas Turísticas?



Roteiros turísticos

É um itinerário planejado para valorizar certos atrativos, criado para facilitar o planejamento e a promoção do turismo (Brasil, 2024). Geralmente incluem serviços como transporte, alimentação, hospedagem e experiências específicas (visitas guiadas, workshops, eventos culturais etc.).



Rotas turísticas

É um caminho com pontos de parada pré-definidos, pensado para o turismo. Cada rota tem uma história ou tema específico, com um ponto de partida e de chegada, e uma sequência de destinos a seguir (Brasil, 2024). Diferentemente dos roteiros, as rotas são trajetos mais amplos, frequentemente autoexplicativos, que conectam diferentes pontos de interesse. Podem abranger temas (ex.: Rota do Vinho, Rota das Artes) ou características geográficas/culturais (ex.: Rota da Cordilheira do Espinhaço).

Quais são os benefícios de Roteiros e Rotas como Produtos Turísticos?

- Facilitam a experiência dos visitantes, oferecendo organização e comodidade.
- Estimulam a permanência do turista por períodos mais longos no destino.
- Promovem a integração regional, beneficiando diversas comunidades locais.
- Aumentam a visibilidade do destino ao criar produtos diferenciados e temáticos.

1.4.2.1.2 Demanda turística

A demanda turística é um dos componentes centrais do Sístur e refere-se ao conjunto de pessoas que viajam e consomem bens e serviços relacionados ao turismo (Brasil, 2010). Sem turistas, não há consumo dos serviços e produtos da oferta turística. Ela engloba os motivos (lazer e recreação; negócios e trabalho; educação; saúde; religioso; etc.), preferências, necessidades e características (idade, nível econômico, interesses específicos) dos turistas que impulsionam o funcionamento do setor.



Fluxo Turístico

O fluxo turístico diz respeito ao movimento dos turistas entre os locais de origem e os destinos visitados. Ele representa a materialização da demanda em forma de deslocamento geográfico e volume de turistas. Ou seja, quando as pessoas que desejam viajar (demanda) efetivamente se deslocam (fluxo) (Brasil, 2010).

O fluxo turístico impacta diretamente os destinos, gerando efeitos econômicos, ambientais e socioculturais. Por isso, é necessário realizar um planejamento adequado, considerando todos os aspectos para evitar problemas como excesso de turistas (overtourism) ou subutilização de infraestrutura em baixa temporada.



Perfil do Turista (demanda turística)

O perfil do turista refere-se ao conjunto de características e comportamentos que descrevem quem são os turistas, quais suas preferências, motivações, hábitos de consumo e necessidades durante uma viagem (Brasil, 2010). Esse conceito é amplamente utilizado no planejamento turístico para compreender melhor os visitantes e desenvolver produtos e serviços que atendam melhor às suas expectativas (Fogaça, 2014).

O perfil do turista pode ser identificado por: pesquisas de mercado (questionários, entrevistas e observação); análise de dados (registros de reservas, redes sociais e padrões de consumo); feedback dos turistas (opiniões e avaliações de serviços turísticos). É possível observar os principais aspectos do perfil a partir dos seguintes indicadores:

Indicadores do Perfil do Turista

Dados Demográficos

Idade: crianças, jovens, adultos, idosos.

Gênero: masculino, feminino ou outros.

Estado civil: solteiro, casado, com família.

Educação: nível de escolaridade.

Renda: faixa de renda ou poder aquisitivo.

Origem e Destino

Local de origem: país, região ou cidade de onde o turista vem.

Destino preferido: onde o turista escolhe viajar.

Motivações de Viagem

Lazer: descanso, aventura, diversão.

Negócios: reuniões, conferências, eventos corporativos.

Educação: estudos, intercâmbio, aprendizado.

Saúde e bem-estar: tratamentos médicos, spas.

Religião: peregrinações ou visitas a locais sagrados.

Visitas a amigos e familiares

Comportamento e Preferências

Duração da viagem: viagens curtas ou longas.

Tipo de transporte: avião, carro, ônibus, trem.

Alojamento preferido: hotéis, pousadas, casas de aluguel, acampamentos.

Atividades: culturais, esportivas, gastronômicas, compras, aventura.

Frequência de Viagens

Turistas frequentes: realizam várias viagens ao longo do ano.

Turistas ocasionais: viajam apenas em situações especiais, como férias.

Hábitos de Consumo

Orçamento: quanto o turista está disposto a gastar.

Preferência por luxo ou economia: serviços de alto padrão ou opções mais acessíveis.

Estilo de Viagem

Independente: planeja a viagem por conta própria.

Pacotes turísticos: viaja com empresas que organizam tudo.

Viagem em grupo ou individual: com amigos, família ou sozinho.



Saiba mais:

Visualize o [Boletim do Turismo Doméstico brasileiro](#) e o [Boletim do Perfil da Demanda Turística de Minas Gerais](#).

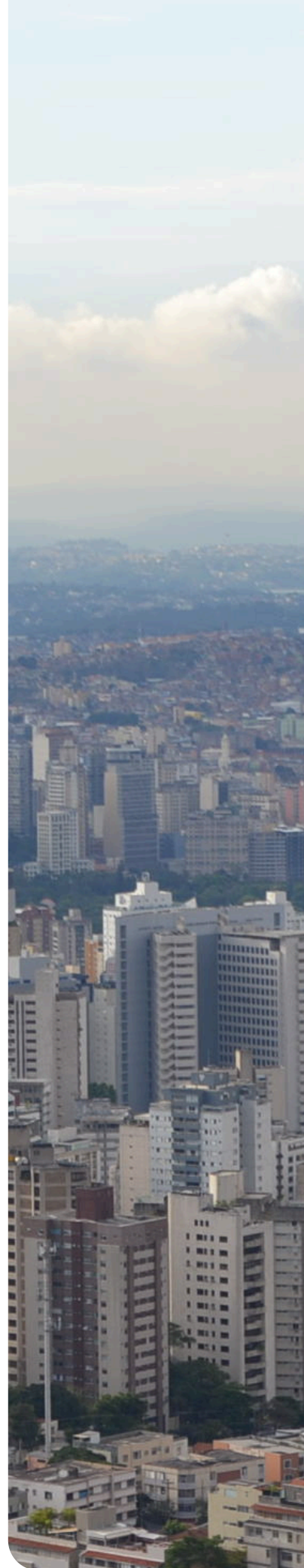
Qual a importância da demanda, fluxo e perfil do turista e como eles se relacionam?

O conhecimento da demanda turística, do fluxo turístico e do perfil do turista é essencial para o planejamento e a gestão estratégica do setor de turismo, contribuindo diretamente para o sucesso e a sustentabilidade dos destinos e empresas do setor. Esses três elementos – demanda, fluxo e perfil – estão interligados e desempenham um papel central na dinâmica do Sistema de Turismo (SISTUR). A análise conjunta permite que destinos turísticos e empresas alinhem suas estratégias, otimizem recursos e promovam um crescimento equilibrado, assegurando que os benefícios econômicos e sociais sejam alcançados sem comprometer a sustentabilidade ambiental e cultural. Dessa forma, o turismo pode se consolidar como uma atividade responsável, rentável e capaz de transformar positivamente as comunidades onde é praticado.

Exemplos Práticos

Destinos urbanos que recebem grande número de turistas jovens interessados em turismo cultural e de entretenimento precisam investir em experiências voltadas para esse público, como roteiros noturnos, bares temáticos e eventos musicais e artísticos. Além disso, ações de marketing digital, com foco em redes sociais, tornam-se essenciais para atrair e engajar esses visitantes, adaptando a comunicação às suas preferências e comportamentos de consumo.

Em **destinos de natureza** que atraem turistas em busca de ecoturismo e aventura, a demanda concentra-se em atividades como passeios de barco, trilhas e esportes ao ar livre. Esse perfil de visitante impulsiona o desenvolvimento de serviços especializados, como guias turísticos, transporte local e operadoras de atividades de aventura. Durante a alta temporada, torna-se necessária a ampliação da infraestrutura rodoviária e a adoção de medidas de proteção ambiental. Além disso, o interesse por experiências completas favorece a criação de pacotes integrados, combinando hospedagem, gastronomia típica e atividades como rapel e mergulho.





2. Atores, políticas, instrumentos e ações

de planejamento e gestão para o
turismo

2.1 Políticas Públicas

As políticas públicas de turismo são constituídas por ações e diretrizes planejadas pelo poder público, a fim de promover o desenvolvimento do setor turístico e gerar benefícios econômicos, socioculturais e ambientais.

Divididas em diferentes níveis - municipal, estadual, federal e internacional, essas políticas se inter-relacionam e se complementam, para estimular o crescimento e melhoria do setor, de forma integrada e sustentável.

Nesta seção, são apresentados os principais órgãos, atores, políticas públicas, instrumentos e ações da política de turismo, do nível internacional ao municipal. O objetivo é exemplificar como essas políticas se articulam desde o processo de elaboração até a implementação, além de demonstrar instrumentos que possibilitam apoio e fomento ao desenvolvimento do setor.

O que são Políticas Públicas?

A expressão é usualmente empregada a ações do governo voltadas à solução de problemas emergentes, ou mesmo para se referir a qualquer ação realizada pela Administração Pública (Mastrodi, 2017).

2.2 Atores e Políticas Públicas em Nível Internacional

2.2.1 Organização Mundial do Turismo

Agência especializada das Nações Unidas e principal organização internacional na área do turismo. Promove o turismo como um impulsionador do crescimento econômico, do desenvolvimento inclusivo e da sustentabilidade ambiental e oferece liderança e apoio ao setor no avanço do conhecimento e das políticas de turismo em todo o mundo. Incentiva a implementação do [Código Global de Ética para o Turismo](#), para maximizar a contribuição socioeconômica do turismo e minimizar seus possíveis impactos negativos. Também está comprometida em promover o turismo como um instrumento para atingir os [17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#), a fim de reduzir a pobreza e promover o [desenvolvimento sustentável](#) em todo o mundo (ONU, 2024).



Fonte: Movimento Nacional ODS, 2025

O turismo, por sua potência econômica, pode contribuir, direta ou indiretamente, com os 17 ODS, de acordo com a [Organização Mundial do Turismo e Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável, 2025](#).

Contribuição do Turismo com os 17 ODS



Erradicação da pobreza

O turismo, por ser um dos maiores e mais rápidos setores econômicos do mundo, tem grande potencial para fomentar o crescimento econômico e o desenvolvimento em todos os níveis, além de gerar renda por meio da criação de empregos. O desenvolvimento sustentável do setor e seu impacto em nível comunitário podem contribuir para redução da pobreza, promoção do empreendedorismo e de pequenos negócios e para o empoderamento de grupos menos favorecidos, especialmente jovens e mulheres.



Fome Zero e agricultura sustentável

A atividade turística tem o potencial de fortalecer a agricultura sustentável, incentivando o cultivo e a distribuição de alimentos para estabelecimentos locais, bem como impulsionar a comercialização de itens regionais para os visitantes. Além disso, o agroturismo pode aumentar a geração de renda e enriquecer a vivência dos turistas.



Saúde e bem estar

A receita tributária proveniente do turismo pode ser investida na área da saúde, contribuindo para aprimorar os cuidados com a saúde materna, reduzir a mortalidade infantil e evitar a propagação de doenças.



Atenção:

Cabe ressaltar que no Brasil, os ODS são inseridos na agenda pública do turismo nacional e estadual, como veremos adiante no Plano Nacional de Turismo e no Plano Diretor de Turismo Verde de Minas Gerais. Os gestores municipais também devem incluí-los nos planos e políticas locais.



Educação de Qualidade

A atividade turística tem o potencial de promover inclusão, proporcionando chances de trabalho, tanto diretas quanto indiretas, para jovens, mulheres e pessoas com deficiência, sendo a educação um meio fundamental para que esses grupos possam se beneficiar dessas oportunidades.



Igualdade de Gênero

O turismo pode empoderar as mulheres, especialmente por meio da geração de empregos diretos e da geração de renda.



Água potável e saneamento

A necessidade de investimento no turismo para o fornecimento de serviços públicos pode desempenhar um papel fundamental na garantia do acesso e da segurança hídrica, bem como na higiene e saneamento para todos. O uso eficiente da água no turismo, o controle da poluição e a eficiência tecnológica são essenciais para a proteção desse recurso precioso.



Energia limpa e acessível

O turismo pode acelerar a transição para uma maior participação de energias renováveis na matriz energética global. Ao promover investimentos em fontes de energia limpa, o turismo pode ajudar a reduzir os gases de efeito estufa, mitigar as mudanças climáticas e contribuir para o acesso de todos à energia.



Emprego decente e crescimento econômico

O turismo, como comércio de serviços, é uma das principais fontes de exportação a nível mundial, por isso, oportunidades de trabalho decente no turismo, especialmente para jovens e mulheres, e políticas que favoreçam uma maior diversificação das cadeias de valor do turismo podem aumentar os impactos socioeconômicos positivos do turismo.



Indústria, Inovação e Infraestrutura

O desenvolvimento do turismo depende de boa infraestrutura pública e privada, por isso, o setor pode influenciar políticas públicas para inovação e modernização de infraestrutura, tornando-as mais sustentáveis, inovadoras e eficientes em termos de recursos, inclusive contribuindo em direção ao crescimento de baixo carbono, atraindo, assim, turistas e outras fontes de investimento estrangeiro.



Redução das desigualdades

O turismo demonstra um grande potencial para diminuir as desigualdades sociais. Ao oferecer oportunidades para que as pessoas prosperem em suas próprias comunidades, o turismo pode impulsionar a revitalização de áreas urbanas e o crescimento de regiões rurais. Ademais, o turismo funciona como um importante motor para a integração e a diversificação da economia.



Cidades e comunidades sustentáveis

O turismo tem a capacidade de melhorar a infraestrutura urbana e a acessibilidade, promover a regeneração e preservar o patrimônio cultural e natural. O investimento em infraestrutura verde resulta em cidades mais inteligentes e sustentáveis, não apenas para turistas, mas, sobretudo, para os moradores.



Consumo e produção responsáveis

O turismo tem a capacidade de melhorar a infraestrutura urbana e a acessibilidade, promover a regeneração e preservar o patrimônio cultural e natural. O investimento em infraestrutura verde resulta em cidades mais inteligentes e sustentáveis, não apenas para turistas, mas, sobretudo, para os moradores.



Ação contra a mudança global do clima

O turismo contribui para as mudanças climáticas e também é afetado por elas. Os atores da cadeia produtiva do setor devem desempenhar um papel de liderança na resposta global às mudanças climáticas. Ao reduzir a emissão de carbono, os setores de transporte e hospedagem podem se beneficiar do crescimento de baixo carbono e ajudar a enfrentar um dos desafios mais urgentes da atualidade.



Vida na água

O turismo náutico e o turismo de sol e praia dependem de ecossistemas aquáticos saudáveis. Portanto, o desenvolvimento do turismo deve fazer parte da gestão integrada da orla, a fim de ajudar a conservar e preservar ecossistemas aquáticos frágeis e servir como veículo para promover uma economia azul, contribuindo para o uso sustentável dos recursos fluviais e marinhos.



Vida terrestre

A rica biodiversidade e o patrimônio natural são, frequentemente, os principais motivos pelos quais os turistas visitam um destino. Nesse cenário, turismo pode desempenhar um papel fundamental em áreas naturais, não apenas no que tange à conservação e preservação da biodiversidade, mas também na geração de renda, como meio de subsistência alternativo para as comunidades locais.



Paz, justiça e instituições eficazes

Intrinsecamente, como o turismo gira em torno de encontros entre pessoas de diversas origens culturais, pode promover a tolerância e a compreensão multicultural e inter-religiosa, lançando as bases para sociedades mais pacíficas. Além disso, o turismo, que beneficia e envolve as comunidades locais, também pode consolidar a paz em sociedades pós-conflito.



Parcerias e meios de implementação

Devido à sua natureza intersetorial, o turismo tem a capacidade de fortalecer parcerias público-privadas e engajar diversas partes interessadas – internacionais, nacionais, regionais e locais – para trabalhar em conjunto, a fim de alcançar os ODS e outras metas comuns.

2.3 Atores e Políticas Públicas em Nível Nacional

2.3.1 Ministério do Turismo (Mtur)

Órgão da administração pública federal, criado em 2003, que trata do desenvolvimento do turismo como atividade econômica, sustentável, com papel na geração de empregos e investimentos, proporcionando a inclusão social.

Tem por competências a promoção e divulgação do turismo nacional; o estímulo à inovação, ao empreendedorismo e às iniciativas públicas e privadas de atividades turísticas; o planejamento, a coordenação, a supervisão e a avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo.

Esse órgão age junto com outros ministérios para melhoria de infraestrutura, geração de emprego, renda e enfrentamento de crises climáticas nos destinos turísticos e cria diretrizes para a integração das ações de desenvolvimento do setor entre o governo federal e as administrações estaduais, distrital e municipais.

Incentiva programas de financiamento, acesso ao crédito e gestão do Fundo Geral do Turismo e é responsável pela regulação, fiscalização e ao estímulo à formalização, certificação e classificação de atividades, empreendimentos e equipamentos de prestadores de serviços turísticos (Brasil, 2024a).

A nível nacional, a [Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008](#), estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal quanto ao planejamento, ao desenvolvimento e ao estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos e o cadastro, a qualificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos. Recentemente, teve seu texto atualizado e modernizado por meio da [Lei nº 14.978, de 18 de setembro de 2024](#).

Um dos instrumentos instituídos na Lei Geral é o [Plano Nacional de Turismo](#), que visa à estruturação de destinos e ao aumento da competitividade do turismo no Brasil, a partir da ordenação e orientação de ações governamentais e alocação de recursos públicos.

O Plano Nacional de Turismo 2024-2027 tem como um de seus princípios a sustentabilidade e como função primordial ordenar e orientar as ações governamentais e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo, com base na sustentabilidade, e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, considerando mecanismos de gestão inteligente, dados e estudos confiáveis, além de boas práticas em turismo no mundo. (Brasil, 2024b).

O Ministério do Turismo conta com diversos programas, instrumentos e ações para o desenvolvimento do turismo. Alguns deles são mencionados a seguir.



2.3.1.1 Programa de Regionalização do Turismo (PRT)

O que é a Regionalização do Turismo?

O [Programa de Regionalização do Turismo](#) é uma ação estruturante do Ministério do Turismo (Mtur), que trabalha a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo Mtur com estados e municípios brasileiros. Seu objetivo principal é apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no país, a partir de 8 eixos estruturantes, com vistas ao desenvolvimento regional.



Saiba mais:

Assista ao vídeo:

[Política de Regionalização do Turismo](#)

2.3.1.2 Mapa do Turismo Brasileiro

O [Mapa do Turismo Brasileiro](#) é uma ferramenta do MTur que identifica o potencial turístico dos municípios brasileiros, auxiliando na melhor alocação de recursos e na promoção dos destinos. No Mapa, os municípios são denominados como “municípios turísticos”, “municípios com oferta turística complementar” e “municípios de apoio ao turismo”, identificando o desempenho econômico do setor em cada município. Essa análise avalia:

1. Quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem.
2. Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem.
3. Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos.
4. Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais.
5. Arrecadação de Impostos Federais a partir dos Meios de Hospedagem.

2.3.1.3 CADASTUR

O que é?

[Cadastur](#) é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo, instituído pela Lei Federal 11.771/2008. Ele é executado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os órgãos oficiais de turismo, nos 26 estados e no Distrito Federal. O cadastro é gratuito e garante diversas vantagens e oportunidades aos seus cadastrados e é também uma importante fonte de consulta para o turista. É obrigatório para algumas categorias e confere mais visibilidade e segurança aos serviços oferecidos.



Saiba mais:

Para saber mais, acesse: [Ministério do Turismo](#)

E você, gestor, sabe qual a classificação de seu município?

E quais as medidas necessárias para melhorar sua classificação? Saiba mais sobre o Mapa do Turismo na página 39.

O cadastro é obrigatório para:

- Acampamentos Turísticos
- Agências de Turismo
- Guias de Turismo
- Meios de Hospedagem
- Organizadoras de Evento
- Parques Temáticos
- Transportadoras Turísticas

Quais as vantagens em ser cadastrado no CADASTUR?

- Credibilidade para a empresa;
- Oportunidades de qualificação;
- Acesso a linhas de crédito do Mtur (FUNGETUR/BDMG);
- Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE);
- Visibilidade para as empresas no site do Cadastur e no Portal Minas Gerais;
- Oportunidade de acesso a mercados, tais como participação em licitações públicas e parcerias com empresas privadas.



Saiba mais:

Para saber mais sobre o Ministério do Turismo, acesse: [Notícias, centrais de conteúdo, cursos e informações sobre o MTur](#)

[Decretos relacionados ao turismo \(1980-2024\)](#)

[Ações e Programas.](#)

2.3.2 Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur)

Em nível federal, existe também a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), um serviço social autônomo, que junto com o MTur, planeja, formula e implementa as ações de promoção comercial de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior, em parceria com governos, prefeituras e setor privado.

Para nortear a promoção turística do Brasil e posicionar os destinos brasileiros de maneira competitiva no mercado internacional, a Embratur criou o [Plano Estratégico 2024 a 2027](#), de modo a impulsionar o desenvolvimento econômico e sustentável do país, por meio do aumento da entrada de turistas e de divisas estrangeiras (Brasil, 2024c).



Saiba mais:

Para saber sobre o Plano de Marketing da Embratur, acesse: [Novo Plano Aquarela](#)

2.4 Atores e Políticas Públicas em Nível Estadual

2.4.1 Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult/MG)

É o órgão responsável pelo planejamento, fomento e fiscalização do turismo em nível estadual, sua missão é: “Valorizar, preservar e promover como destinos turísticos nossas riquezas culturais, históricas e naturais, de forma a criar oportunidades, empregos e renda. Promover e democratizar o acesso à cultura, incentivando a produção cultural e artística no Estado” (Minas Gerais, 2025). Suas competências estão elencadas no [Decreto nº 48.649, de 10 de julho de 2023](#).

Com relação aos instrumentos da política estadual, a [Lei nº 22.765, de 20 de dezembro de 2017](#), institui a Política Estadual, que tem por objetivo implementar mecanismos destinados ao planejamento, desenvolvimento e estímulo do setor turístico, bem como dispor sobre os prestadores de serviços turísticos no Estado.

Além disso, o estado de Minas Gerais possui o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado ([PMDI](#)), um documento estratégico que orienta políticas públicas para o desenvolvimento do Estado. Esse Plano conta com um capítulo intitulado “Cultura e Turismo”, que enfatiza o papel dessas atividades na diversificação econômica e na valorização da identidade local. O PMDI propõe integrar ações culturais e turísticas, promovendo inovação, descentralização de recursos e proteção do patrimônio, com o objetivo de consolidar Minas como um destino cultural e turístico de destaque no país.

Também é importante destacar que Minas segue as diretrizes do Plano Nacional de Turismo e, em 2024, lançou o [Plano Diretor de Turismo Verde](#) do Estado, visando ordenar o planejamento de políticas públicas, com base na sustentabilidade. Esse Plano está alinhado com o Programa de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e contribui para o desenvolvimento sustentável do setor turístico entre o período de 2024 a 2031, ao mesmo tempo que reduz os impactos causados pelas mudanças climáticas (Minas Gerais, 2024).



Saiba mais:

Para saber mais sobre a Secult, acesse:

[Notícias, instituições, programas, ações e documentos sobre a Secult/MG](#)

[Instagram Secult](#)



Ademais, o Estado apresenta diversas políticas, programas e instrumentos que incentivam os municípios a desenvolverem ações voltadas ao turismo. Vamos conhecê-los:

2.4.1.1 Programa de Regionalização do Turismo (PRT)

Desde 2001, o [Programa de Regionalização do Turismo](#) está em desenvolvimento em Minas Gerais, sendo referência aos demais estados brasileiros quanto à gestão da atividade turística. Os papéis e objetivos da regionalização no Estado são focados na democratização da Política do Turismo, integração e participação social, desenvolvimento sustentável, descentralização do turismo, inovação e articulação.

Um dos seus principais produtos foi a criação das [Instâncias de Governança Regionais](#) (IGRs) - anteriormente conhecidas como "Circuitos Turísticos" - estabelecidas pelo [Decreto nº 48.804, de 25 de abril de 2024](#). Elas consistem em municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística local e regional de forma sustentável, regionalizada e descentralizada, com a participação da sociedade civil e do setor privado.

Essa parceria entre os municípios é muito importante para impulsionar o Turismo em uma região, sendo uma forma estratégica de promover destinos. Dessa maneira, as IGRs são oficialmente executoras, interlocutoras e articuladoras da descentralização e da regionalização do turismo em Minas Gerais.



Sabia que, em 2024, Minas Gerais possuía 48 IGRs certificadas e 671 municípios regionalizados?

Você sabia?

A [Federação das Instâncias de Governança Regional de Minas Gerais](#) (FECITUR) é uma instituição representativa, constante, única e exclusiva das demandas comuns das entidades mineiras de turismo.



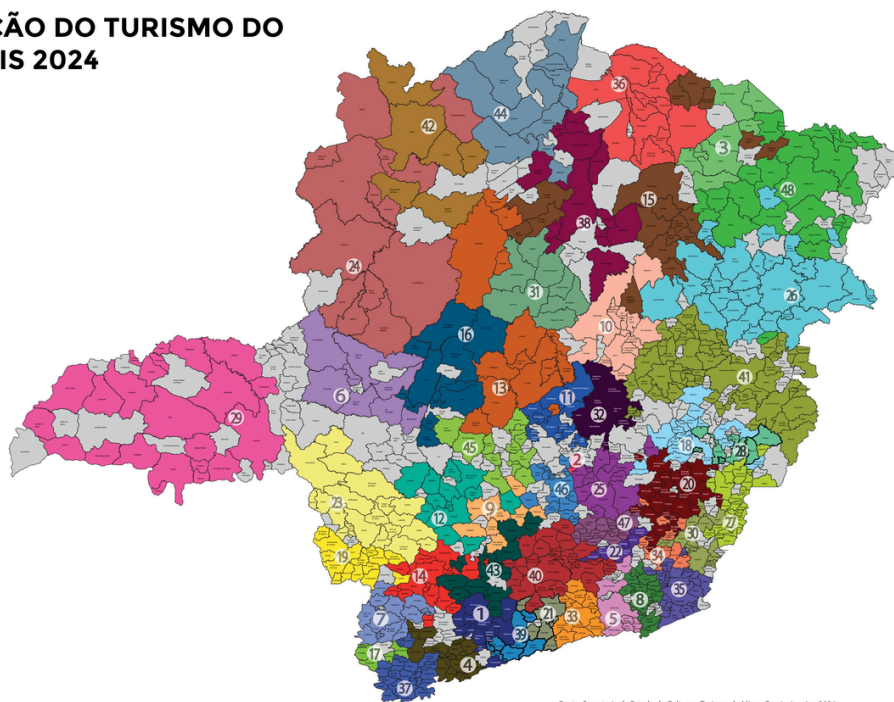
FECITUR

Federação das IGRs
de Minas Gerais

Veja no mapa:

MAPA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS 2024

1. Águas
2. Belo Horizonte
3. Cachaca
4. Caminhos da Mantiqueira
5. Caminho Novo
6. Caminhos do Cerrado
7. Caminhos Gerais
8. Caminhos Verdes de Minas
9. Campo das Vertentes
10. Diamantes
11. Grutas
12. Grutas e Mar de Minas
13. Guimarães Rosa
14. Lago de Furnas
15. Lago de Irapé
16. Lago Três Marias
17. Malhas do Sul de Minas
18. Mata Atlântica de Minas
19. Montanhas Cafeeiras de Minas
20. Montanhas e Fé
21. Montanhas Mágicas da Mantiqueira
22. Nascente do Rio Doce
23. Nascentes das Gerais e Canastra
24. Noroeste das Gerais e Alto Paranaíba
25. Ouro
26. Pedras Preciosas
27. Pico da Bandeira
28. Rota do Muriqui
29. Rota do Triângulo
30. Serra do Brigadeiro
31. Serra do Cabral
32. Serra do Cipó
33. Serras de Ibitipoca
34. Serras de Minas
35. Serras e Cachoeiras
36. Serra Geral do Norte de Minas
37. Serras Verdes do Sul de Minas
38. Sertão Gerais
39. Terras Altas da Mantiqueira
40. Trilha dos Inconfidentes
41. Trilhas do Rio Doce
42. Urucua Grande Sertão
43. Encantos de Minas
44. Velho Chico
45. Verde - Trilha dos Bandeirantes
46. Veredas
47. Villas e Fazendas de Minas
48. Vales do Jequitinhonha e do Mucuri



Fonte: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Janeiro, 2024.

Quais os benefícios de se regionalizar?

A regionalização com municípios semelhantes oferece mais oportunidades de parcerias para projetos regionais; apoio técnico de turismólogos da IGR para o desenvolvimento de ações municipais, além da possibilidade de pleitear o ICMS critério Turismo (ver pág. 36). Outras vantagens são a participação no Mapa do Turismo Brasileiro (ver pág. 39), realizado pelo MTur, e a possibilidade de receber recursos do Estado e da União para desenvolvimento de projetos turísticos.

A articulação de municípios em IGR é estratégica e fortalece a oferta turística de uma região, promovendo a integração de atrativos turísticos complementares, estimulando parcerias e evitando a concorrência local.

Como participar da Política de Regionalização de Minas Gerais?

Para participar da Política de Regionalização do Turismo de Minas Gerais, o primeiro passo é associar-se a uma Instância de Governança Regional (IGR) e cumprir alguns requisitos e documentos exigidos no Processo de Certificação.

A manutenção da IGR se dá por meio de taxas de adesão e contribuições mensais dos seus membros (municípios, iniciativa privada e pessoas físicas). As IGRs possuem autonomia administrativa e financeira, regidas por um Estatuto e Regimento Interno e são representadas e geridas por uma diretoria, geralmente composta por um Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Diretores, Membros e Gestores responsáveis pela execução do planejamento da Instância.

Na [Cartilha Política de Regionalização do Turismo em Minas Gerais](#), estão detalhados os requisitos e passo a passo para a certificação.



Contato:

E-mail de contato para informações sobre Regionalização e Categorização
drdp@secult.mg.gov.br

2.4.1.2 Categorização das Instâncias de Governança Regionais (IGRs)

A categorização é uma metodologia que foi construída baseada em critérios e levantamentos de informações que indicam a situação atual das IGRs no que tange à Gestão e Mercado. Tem por objetivo agrupar as IGRs que possuem características similares em relação à Gestão e Mercado, facilitando a análise comparativa e o desenvolvimento de estratégias específicas para cada grupo. Esse agrupamento também auxilia na identificação dos principais gargalos enfrentados por essas organizações, como limitações na gestão, infraestrutura ou integração ao mercado.

A partir dessa análise, torna-se possível realizar ações de qualificação direcionadas, promovendo capacitações e iniciativas que atendam às necessidades específicas de cada grupo. Por fim, essas ações têm como objetivo maior o fortalecimento da competitividade das IGRs, permitindo que elas se tornem mais eficientes, inovadoras e alinhadas às demandas do mercado, contribuindo de forma mais efetiva para o desenvolvimento regional.



2.4.1.3 ICMS

Sabia que seu município pode receber um repasse financeiro se cumprir alguns requisitos?

O que é o ICMS?

O ICMS Turismo é um dos critérios de repasse de uma parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os municípios, baseado nas políticas e iniciativas voltadas ao desenvolvimento ao turismo.

Em Minas Gerais, o critério turismo está regulamentado por legislações estaduais. Sua instituição e regulamentação seguem os requisitos da [Lei Nº 18.030](#), de 12 de janeiro de 2009. A operacionalização de entrega e apresentação das documentações é padronizada pela [Resolução Secult Nº 44/2021](#), de 13 de abril de 2021.

Esse recurso tem o objetivo de incentivar os municípios a aprimorarem o planejamento e a gestão do turismo, fortalecendo o setor como fator de desenvolvimento econômico.

Princípios do ICMS

Os princípios do ICMS Turismo têm como objetivo promover o desenvolvimento sustentável e estratégico do setor turístico nos municípios. Um dos pilares é estimular o investimento em atividades e atrações turísticas, incentivando as gestões locais a valorizar seus recursos naturais, culturais e históricos, para atrair visitantes e fomentar a economia local. Esse estímulo está diretamente ligado ao propósito de fortalecer o setor de turismo do município, consolidando a atividade como uma importante fonte de geração de emprego, renda e integração social.

Além disso, o ICMS Turismo busca executar o turismo sustentável, incentivando práticas que respeitem o meio ambiente e as comunidades locais, promover um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos. Para valorizar os municípios que se destacam, o modelo estabelece uma pontuação diferenciada para quem trabalha mais, recompensando aqueles que implementam políticas mais eficazes e inovadoras para o fortalecimento do turismo.



Contato:

E-mail de contato para informações sobre ICMS Turismo
icmsturismo@secult.mg.gov.br

Outro princípio fundamental é direcionar recursos financeiros para programas de turismo, assegurando que parte dos repasses seja aplicada diretamente em projetos que beneficiem o setor, como infraestrutura, capacitação de profissionais e marketing de destinos. O fortalecimento da regionalização também é uma prioridade, estimulando a integração entre os municípios para criar circuitos turísticos e promover uma gestão compartilhada, o que beneficia toda a região.

Por fim, o ICMS Turismo valoriza a participação da sociedade no planejamento e execução das políticas públicas, garantindo que as comunidades locais tenham voz e estejam envolvidas no desenvolvimento do turismo. Assim, esses princípios trabalham de forma integrada para transformar o turismo em um motor de crescimento sustentável, inclusivo e regionalizado.

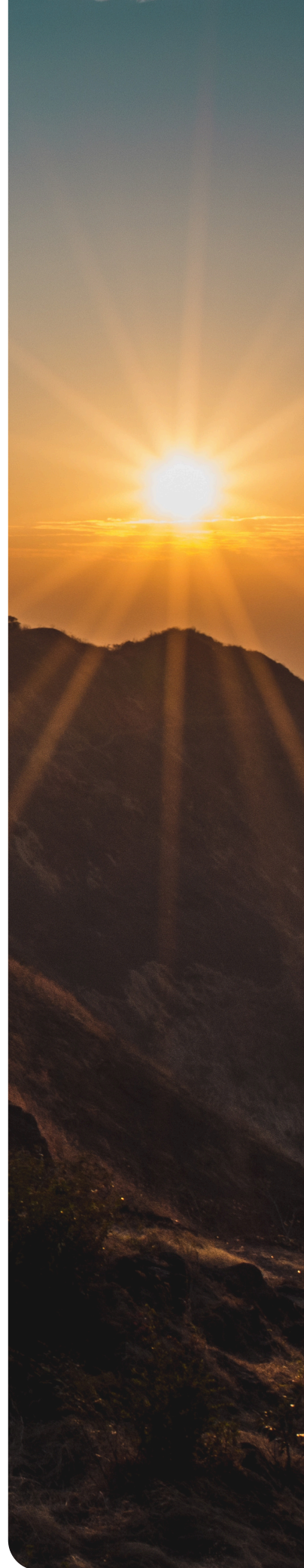
O ICMS Turismo é uma iniciativa da Lei Robin Hood, cujo objetivo é apoiar municípios que possuem dificuldades em desenvolver o turismo com recursos próprios, por meio de suporte e impulso do turismo em localidades com maior carência de investimentos, promovendo igualdade de oportunidades no setor. Espera-se que os municípios desenvolvidos, com infraestrutura mais consolidada, consigam sustentar e expandir suas atividades turísticas de forma independente.

Assim, os recursos disponibilizados pelo ICMS Turismo contribuem significativamente para o fortalecimento e o desenvolvimento equilibrado do turismo em Minas Gerais, promovendo o crescimento sustentável em todas as regiões do estado.

Como funciona o ICMS?

Para receber o repasse do ICMS critério turismo, é necessário cumprir os requisitos estabelecidos pela Lei Robin Hood. Esses requisitos são divididos em quatro critérios obrigatórios.

Além desses, existem dois critérios adicionais que, embora não obrigatórios, se comprovados, podem aumentar a pontuação do município.



Quais são os requisitos para receber o ICMS?

1. Comprovação da participação no Programa de Regionalização Secult/MG

O município deve:

- Integrar uma Instância de Governança Regional (IGR);
- Executar ação regional durante o ano referência.

4

pontos

2. Comprovação da Política Municipal de Turismo

O município deve apresentar:

- Lei que aprova a Política Municipal de Turismo.
- Ato de publicação dessa lei.
- Plano Municipal de Turismo e respectiva ata de aprovação pelo Comtur.
- Comprovação da execução de ações de fomento ou marketing do destino.

2

pontos

3. Possuir Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), constituído e em REGULAR funcionamento

O município deve apresentar:

- Lei que institui o Conselho Municipal de Turismo.
- Ato de publicação da lei.
- Regimento interno.
- Atas de reuniões periódicas.
- Relatório de atividades.

1

ponto

4. Comprovação da existência e funcionamento do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR)

O município deve apresentar:

- Lei de criação do Fundo Municipal de Turismo.
- Ato de publicação da lei.
- Regulamentação do Fundo e sua publicação oficial ou com autorização do Conselho.
- Comprovação da existência de conta corrente específica para movimentação dos recursos do fundo.
- Evidências de investimentos turísticos devidamente autorizados e alinhados ao previsto na legislação municipal.

1

ponto

Extras não obrigatórios

5. Patrimônio cultural

- Receber ICMS do critério do Patrimônio Cultural

0,75
pontos

6. Meio ambiente

- Receber ICMS do critério Meio Ambiente

0,75
pontos



Seu município já recebe o ICMS Turismo?

Em quais projetos o recurso está sendo investido?

Em quais outros projetos você investiria o recurso?

2.4.1.4 Mapa do Turismo

O Programa de Regionalização do Turismo tem como principal objetivo integrar e articular as ações do Ministério do Turismo com as demais políticas públicas, tanto setoriais quanto locais. A proposta é promover o turismo de forma regionalizada e descentralizada, focando na gestão, estruturação e promoção da atividade turística no Brasil. Tudo isso deve estar alinhado com os princípios da Política Nacional de Turismo, conforme estabelece a Lei nº 14.978/2024.

Um dos principais instrumentos desse programa é o **Mapa do Turismo Brasileiro**, que orienta a atuação do Sistema Nacional do Turismo no desenvolvimento de políticas públicas nos territórios identificados. A atualização do Mapa ocorre de forma anual e os municípios e as Instâncias de Governança Regionais (IGRs) têm o prazo de até 60 dias antes da data de vencimento da edição vigente para atualizar seu cadastro com a documentação referente ao ano em curso.



Contato:

E-mail de contato para informações sobre o Mapa do Turismo:
drdp@secult.mg.gov.br

Para que um município participe do Mapa, é necessário atender a alguns critérios:

- Ter uma secretaria, departamento ou coordenação responsável pelo turismo;
- Apresentar as diretrizes orçamentárias destinadas ao setor, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) e do Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD) do ano vigente;
- Manter um Conselho Municipal de Turismo ativo, comprovado pela ata de posse da atual diretoria e pelas duas atas mais recentes das reuniões do conselho;
- Firmar o termo de compromisso com o Programa de Regionalização do Turismo.

Em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult/MG) é responsável por analisar essa documentação, por meio da equipe técnica da Diretoria de Regionalização e Descentralização. Além disso, a Secult realiza o cadastro dos municípios e das IGRs no [portal SISMAPA](#), onde é feita a conferência dos documentos e a publicação oficial dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro.

Para mais detalhes sobre o processo de adesão e os pré-requisitos, acesse a [Portaria MTur nº 9, de 24 de abril de 2025](#).

2.4.1.5 CADASTUR

Assim como o Mapa do Turismo, o Cadastur é coordenado pelo Ministério do Turismo em nível nacional, mas no que tange aos cadastros de Minas Gerais, a Secult/MG é o órgão responsável pelas análises e suporte aos usuários do estado.

É essencial que os prestadores de serviços turísticos façam o seu cadastro no Cadastur. Os links ao lado mostram o passo a passo de como fazer e há o e-mail de contato, em caso de dúvidas.

Para mais informações sobre o Cadastur, vá à página 30, lá detalhamos o que é o cadastro, sua importância e benefícios.



Saiba mais:

Para saber mais sobre o Mapa do Turismo, assista aos vídeos:

[Mapa do Turismo Brasileiro](#) e o vídeo [O Mapa do Turismo Brasileiro está de cara nova](#)



Saiba mais:

Para realizar seu cadastro, acesse o vídeo: [Cadastur / Como se cadastrar?](#)

Para o cadastro de redes sociais no Cadastur, acesse o vídeo: [Saiba como incluir seus perfis oficiais das redes sociais no Cadastur](#)



Contato:

E-mail de contato para informações sobre o CADASTUR:
cadastur@secult.mg.gov.br

2.4.1.6 Conselho Estadual de Turismo (CET)

O que é o Conselho Estadual de Turismo?

O Conselho Estadual de Turismo (CET) é um órgão consultivo, deliberativo e propositivo que tem como finalidade propor ações e fornecer subsídios para a formulação e apoio à execução da Política Estadual de Turismo, consolidando-a e garantindo sua continuidade.

O CET opera conforme as Leis nº 18.032/2009 e nº 22.765/2017 e sua composição foi revisada e atualizada pelo Decreto nº 48.797, publicado em 11 de abril de 2024.

O CET é composto por 43 Membros, sendo 15 membros do Poder Público e 28 membros da Sociedade Civil Organizada designados mediante eleição (Decreto nº 48.797/2024, artigo 3º, II).

O mandato é para um período de 2 anos, sendo permitida uma recondução.



Saiba mais:

Para mais detalhes sobre o CET, acesse o [site](#).



Contato:

E-mail de contato para informações sobre o CET: cet@secult.mg.gov.br

2.4.1.7 Plataforma Integrada do Turismo (PIT)

A Plataforma Integrada do Turismo (PIT) é uma ferramenta estadual desenvolvida pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais para gerenciamento eletrônico de informações do inventário turístico que contribuem para a organização do turismo e promoção turística nos municípios.

O que é o Inventário?

O Inventário da Oferta Turística consiste em um levantamento sistemático e organizado de todos os recursos, atrativos, produtos, serviços e infraestrutura disponíveis em um destino turístico. Ele é utilizado para conhecer a realidade e o potencial turístico de uma localidade, servindo como base para o planejamento, desenvolvimento, gestão e promoção do turismo. Dessa forma, representa um instrumento de suma importância para garantir o processo de desenvolvimento de destinos turísticos sustentáveis e competitivos (Fratucci e Moraes, 2020).



Saiba mais:

Para saber mais, assista ao vídeo: [Plataforma Integrada do Turismo](#)



Saiba mais:

Para mais detalhes sobre o Inventário Turístico, veja os vídeos sobre [Inventário da Oferta Turística](#)

“Sem o conhecimento sistemático e atualizado dos elementos que compõem a oferta turística de um destino, torna-se difícil oferecer produtos atualizados, sustentáveis e competitivos para o mercado consumidor” (Fratucci & Moraes, 2020, p.7).

Como fazer o levantamento sistemático e organizado do Inventário Turístico?

O preenchimento na Plataforma Integrada do Turismo pode ser feito pelo gestor municipal, IGRs e pelo trade turístico, por meio de formulários específicos para o cadastro. Após o preenchimento, os dados são verificados pela IGR e pela Secult. Após aprovação, as informações vão para o Portal Minas Gerais.

Conteúdo para preenchimento na Plataforma:

- Informação do Município (preenchimento apenas pelo gestor municipal ou IGR).
- Atrativos turísticos (preenchimento apenas pelo gestor municipal ou IGR).
- Hotéis.
- Alimentação.
- Serviços Turísticos.
- Eventos.

Formulários para Estruturação do Inventário da Oferta Turística:

- Módulo A – Infraestrutura de apoio do turismo.
- Módulo B – Serviços e equipamentos turísticos.
- Módulo C – Atrativos turísticos.

A Plataforma Integrada do Turismo alimenta o Portal oficial de turismo de Minas Gerais – www.minasgerais.com.br – que tem como objetivo divulgar e promover os destinos turísticos do estado.

No Portal, visitantes encontram informações completas sobre atrativos, hospedagens, eventos, serviços turísticos, roteiros e muito mais!

Ao manter os dados atualizados na plataforma, você garante que seu município e seus empreendimentos estejam em destaque, conquistando mais visibilidade e fortalecendo o turismo mineiro.

Cabe ressaltar que a apresentação do **inventário da oferta turística atualizado de cada município** componente da IGR é um dos pré-requisitos para a certificação da IGR.

Inclusive para se cadastrar na Plataforma Integrada do Turismo, é necessário que os **empreendimentos de cadastro obrigatório no Cadastur** estejam com seu cadastro vigente.



Contato:

E-mail de contato para informações sobre a PIT:
jean.rodrigues@secult.mg.gov.br

Importante!

Alguns tipos de estabelecimentos, como agências de turismo, meios de hospedagem, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, parques temáticos, acampamentos turísticos e guias de turismo, possuem cadastro obrigatório. Por isso, apenas os estabelecimentos que estiverem ativos no Cadastur e que tiverem sido inseridos na Plataforma Integrada do Turismo (PIT) pelo gestor municipal serão exibidos no Portal.

Portanto, é fundamental que as empresas realizem seu cadastro no CADASTUR e que os gestores municipais façam a devida inserção dessas informações na PIT.

2.4.1.8 Capacitação e Qualificação

Seguindo os princípios e objetivos da Lei nº 22.765, a Secult/MG busca promover a formação, o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação de recursos humanos para a área do turismo, bem como a implementação de políticas que viabilizem a colocação desses profissionais no mercado de trabalho. A seguir, listamos alguns de nossos programas voltados para a capacitação e qualificação:



Cria.Forma

Oferece, regularmente, no [site EAD Secult](#), cursos à distância que abordam temas relacionados à política pública, gestão e fomento. Por meio dessa plataforma, são oferecidos cursos 100% online e gratuitos, democratizando assim o acesso ao conhecimento. Para tirar dúvidas, envie um e-mail para ead@secult.mg.gov.br



Rotas do Conhecimento

Em parceria com o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSuldeMinas), a Secult oferece cursos de capacitação para o turismo. No ano de 2025, vários editais estão sendo abertos. Conheça os cursos disponíveis por meio do site:

<https://portal.pcs.ifsuldeminas.edu.br>

Você sabia?

Para ver o cronograma de cursos ofertados, é só acessar a página de qualificação profissional no [site da Secult/MG](#).

Minas Forma

Iniciativa fruto da parceria da Secult com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese-MG), para oferecer formação socioprofissional na área do turismo para qualificar pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Os cursos têm curta duração e são voltados para conteúdos práticos de ofício e desenvolvimento de competências e habilidades socioemocionais.



Para saber sobre o Minas Forma, cursos, informações como datas de matrícula e municípios atendidos, acesse o [site da Sedese](#)

Plataforma EaD



A [Plataforma EaD Minas Cultura e Turismo](#) foi desenvolvida com o objetivo de informar, capacitar e orientar profissionais e gestores que atuam nas áreas de Turismo e Cultura em Minas Gerais.

Por meio dessa plataforma, são disponibilizados cursos totalmente gratuitos e 100% online, promovendo o acesso amplo ao conhecimento e contribuindo para a qualificação e valorização do setor.

Mais do que um espaço de ensino, o portal funciona como um ponto de encontro para aprendizado e conexão, reunindo, em um único ambiente, formações à distância voltadas para temas como políticas públicas, gestão, fomento e outros assuntos relevantes para o desenvolvimento das áreas de Cultura e Turismo.

Para participar dos cursos, basta criar uma conta na plataforma EaD Minas CulturalTurismo, seguir as instruções de acesso e escolher entre as formações que estiverem com inscrições abertas.

Aulões da Secult

Com foco em combinar conceitos teóricos e práticas aplicáveis, esses encontros ofereceram suporte aos gestores municipais, destacando as principais políticas públicas de turismo em Minas Gerais e atividades da Subsecretaria de Turismo que podem ser relevantes para os municípios.



Contato:

E-mail de contato para informações sobre qualificação e Plataforma EaD: ead@secult.mg.gov.br

Além de promover um maior entendimento sobre a atuação da Secult, os aulões fortalecem o vínculo entre gestores e a Secretaria, contribuindo para o desenvolvimento estratégico do turismo local e regional.

A primeira fase dos Aulões foi composta por 8 aulas ao vivo, no período de fevereiro a abril de 2025, com os seguintes temas:

1. Políticas Públicas de Turismo e ICMS Turismo.
2. Política de Regionalização.
3. CADASTUR.
4. Plataforma Integrada do Turismo e Elaboração de Produtos e Rotas.
5. Comercialização e Promoção.
6. Dados do Turismo.
7. Capacitação e Qualificação para o Turismo.
8. Atração de Investimentos para o Turismo - Invest Minas.

As aulas foram gravadas e estão disponíveis na [Plataforma EaD](#).

2.4.1.9 Elaboração e Estruturação de Produtos Turísticos

A Secult/MG incentiva o desenvolvimento de produtos turísticos inovadores, a revitalização de patrimônios naturais e culturais e a promoção de eventos que valorizam as identidades locais.

Projeto Estratégico de Diversificação da Oferta Turística

O projeto visa diversificar o turismo em Minas Gerais, por meio da criação, estruturação e promoção de rotas de experiências turísticas em todas as regiões, a fim de ampliar a oferta e o fluxo turístico no estado.

2.4.1.10 Apoio à Comercialização de Produtos Turísticos

Para ampliar os fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos turistas no estado, a Secult atua no apoio à comercialização e ao desenvolvimento do produto turístico. Alguns dos nossos projetos e ações voltados para a comercialização de produtos são apresentados a seguir:

Você sabia?

A Secult, em articulação com outras instituições, atua na busca para atrair novas rotas, aumentar a oferta de voos e melhorar a conectividade aérea do estado.



Contato:

E-mail de contato para informações sobre elaboração, estruturação e comercialização de produtos: produtosturisticosmg@outlook.com

Minas Recebe

Esse programa tem por finalidade apoiar a comercialização dos serviços e produtos turísticos oferecidos pelas agências e operadoras de turismo receptivo do estado e melhorar a qualidade desses serviços e produtos.

Editais

Por meio de processos de seleção pública de Organização da Sociedade Civil, a Secult contribui com a execução de ações de apoio à comercialização e promoção de destinos e produtos turísticos mineiros com foco no turismo cultural, turismo de natureza, turismo de aventura, cozinha mineira, turismo rural, turismo de negócios e eventos e cicloturismo.

2.4.1.11 Promoção e Marketing

A divulgação do turismo no estado também é uma prioridade na atuação da Secult. A Secretaria investe na promoção integrada dos destinos, por meio de campanhas publicitárias, feiras de turismo e parcerias com operadoras e agentes de viagem, contribuindo para a inserção dos destinos mineiros no mercado nacional e internacional.

Campanhas de Oportunidades

A Secult desenvolve campanhas sazonais específicas (feriados, comemorações e temáticas) para impulsionar a promoção e comercialização do turismo em períodos estratégicos. Ex: Natal da Mineiridade, Minas Santa, Minas Junina, Réveillon da Liberdade.

Blog Daqui de Minas

Um espaço colaborativo feito por quem vive e ama Minas! No blog, é compartilhado o que faz de Minas ser tão especial: atrações turísticas, rotas e roteiros, dicas, curiosidades, relatos de viajantes e até receitas sobre a Cozinha Mineira. Tudo isso com o jeitinho e a identidade de quem conhece de perto as belezas e sabores do estado.



Contato:

E-mail de contato para informações sobre promoção turística: camila.oliveira@secult.mg.gov.br

Você sabia?

Você pode enviar conteúdos do seu destino para ser divulgado no Blog Daqui de Minas. Veja o passo a passo de como participar no [Manual de Orientações](#)

Press Trips

A Secult incentiva viagens com o objetivo de promover destinos e serviços, convidando formadores de opinião a vivenciarem experiências, para que as compartilhem com o público. Essa ação visa ampliar a divulgação do destino Minas por meio de conteúdos produzidos pelos participantes (jornalistas, blogueiros, influenciadores) em diferentes plataformas.

Participação em Feiras

Outra ação promovida pela Secult é a divulgação dos destinos e seus produtos turísticos em feiras e eventos do setor, oportunizando a geração de negócios e aumento da competitividade do destino Minas.

Portal Minas Gerais

Portal de promoção do turismo mineiro (www.minasgerais.com.br). No Portal, estão registados e reunidos diversos atrativos turísticos (cachoeiras, parques, cidades históricas, estâncias hidrominerais, museus e gastronomia) e equipamentos (meios de hospedagem, alimentação, agências, transportes etc.) dos municípios mineiros. Nele, é possível encontrar as melhores dicas e roteiros de Minas Gerais.

2.4.1.13 Pesquisas e coleta de dados estratégicos

A Secretaria elabora, coordena e executa estudos, pesquisas e coleta de dados, a fim de subsidiar a construção de indicadores voltados para a avaliação do desenvolvimento do turismo no Estado.

Em parceria com diversas instituições, a Secult atua na Secretaria Executiva do Observatório do Turismo de Minas Gerais (OTMG), disponibilizando ferramentas como boletins, pesquisas, estudos, relatórios, gráficos, manuais e informativos com o objetivo de dar publicidade a dados e informações do turismo no Estado.



Para saber como cadastrar empreendimentos e eventos no Portal, acesse a [Cartilha de Orientações para Trade Turístico](#).



Para conhecer as pesquisas e dados do setor e saber como fazer parte do Observatório, [acesse o site](#).

ObservaLab

O ObservaLab – Laboratório de Observatórios Municipais – é um projeto que tem como propósito fortalecer a gestão pública do turismo nos municípios mineiros, promovendo ações que incentivam a criação e o desenvolvimento de núcleos locais para a coleta, análise e disseminação de dados estratégicos sobre o setor.

A iniciativa busca qualificar a gestão turística municipal por meio de diretrizes metodológicas e atividades de capacitação, estimulando o planejamento, o monitoramento e a tomada de decisões baseadas em dados no âmbito do turismo. Com isso, o projeto tem o potencial de contribuir para a consolidação de políticas públicas mais eficazes, alinhadas às realidades e potencialidades de cada território.

Monitoramento de Indicadores Estratégicos

O Observatório do Turismo de Minas Gerais é responsável por fazer o monitoramento de dados e indicadores do turismo. Os indicadores do turismo monitorados são:

- Número de empresas ativas na atividade turística.
- Receita turística em Minas Gerais.
- Número de turistas estrangeiros.
- Movimentação dos aeroportos.
- Número de visitantes em parques naturais no estado.
- Dados de ocupação hoteleira de Belo Horizonte.
- Fluxo rodoviário em Belo Horizonte.
- Número de participantes das atividades presenciais e virtuais no Circuito Liberdade.
- Número de visitantes em Inhotim.
- Monitoramento do Emprego Formal no Setor de Turismo e Cultura.

Por meio do Panorama Mensal do Turismo, são disponibilizados os principais indicadores acerca da atividade turística no estado, como dados do mercado formal de turismo, IATUR, dados aéreos, dentre outros.



Contato:

E-mail de contato para informações sobre pesquisas e dados: observatorioturismo@secult.mg.gov.br



Para acessar o Panorama Mensal do Turismo, [acesse o site.](#)

2.4.1.13 Articulação e parcerias

Outro aspecto relevante das ações da Secult é a articulação de parcerias com órgãos estaduais, federais e privados.

A Secult desempenha um papel articulador e promovedor de diálogos entre os diferentes atores do setor, facilitando a criação de redes de colaboração. Esse trabalho conjunto potencializa as ações locais e gera impactos positivos para o turismo e para o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas.

2.5 Atores e Políticas Públicas em Nível Municipal

2.5.1 Secretarias Municipais de Turismo e as políticas municipais

As Secretarias Municipais atuam na gestão do turismo em nível municipal e são responsáveis pelo planejamento e implementação de políticas de turismo locais. Devem estimular o engajamento das demais áreas da administração pública, da iniciativa privada e da sociedade civil para fomentar o turismo local. Dessa forma, sua atuação deve estar em constante articulação com o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), além de estar integrada a políticas e programas estaduais e federais.

2.5.1.1 O papel da Secretaria Municipal nas políticas públicas de turismo

O turismo é um setor que contribui significativamente para o desenvolvimento de um município, ao gerar empregos, estimular a preservação ambiental e patrimonial e valorizar a cultura local. Com ele, o município é capaz de diversificar sua economia, melhorar a qualidade de vida da população e criar um ambiente mais próspero e sustentável para todos.

Dessa forma, o papel das Secretarias Municipais de Turismo é fundamental no direcionamento do turismo, juntamente com os demais atores envolvidos. Cabe ao poder público municipal elaborar e aprovar, de maneira participativa, um conjunto de leis e planos que regulem a atividade turística, definindo diretrizes e normas para orientar a conduta dos visitantes, dos empresários do setor e da comunidade em geral. Assim, mais que um agente regulador, o poder público deve assumir uma postura coordenadora das ações públicas, fomentando o contexto democrático de descentralização das ações.

É essencial que a prefeitura implemente uma estrutura mínima de gestão municipal voltada ao turismo, com o objetivo de coordenar as ações das entidades envolvidas na organização responsável dessa atividade. Para tanto, recomenda-se a criação de uma secretaria, um departamento ou um setor específico de turismo. Ademais, é desejável que o quadro técnico inclua, no mínimo, um profissional especializado na área, capaz de liderar as iniciativas de articulação e desenvolvimento do turismo local.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (2007), todo o processo de planejamento de estratégias para o desenvolvimento do turismo deve partir dos seguintes pressupostos:



▶ **a) Situação atual do turismo no município**

Onde estamos?

▶ **b) Elaboração de um modelo estratégico**

Onde gostaríamos de estar?

▶ **c) Implementação de um plano integrado**

Como chegaremos lá?

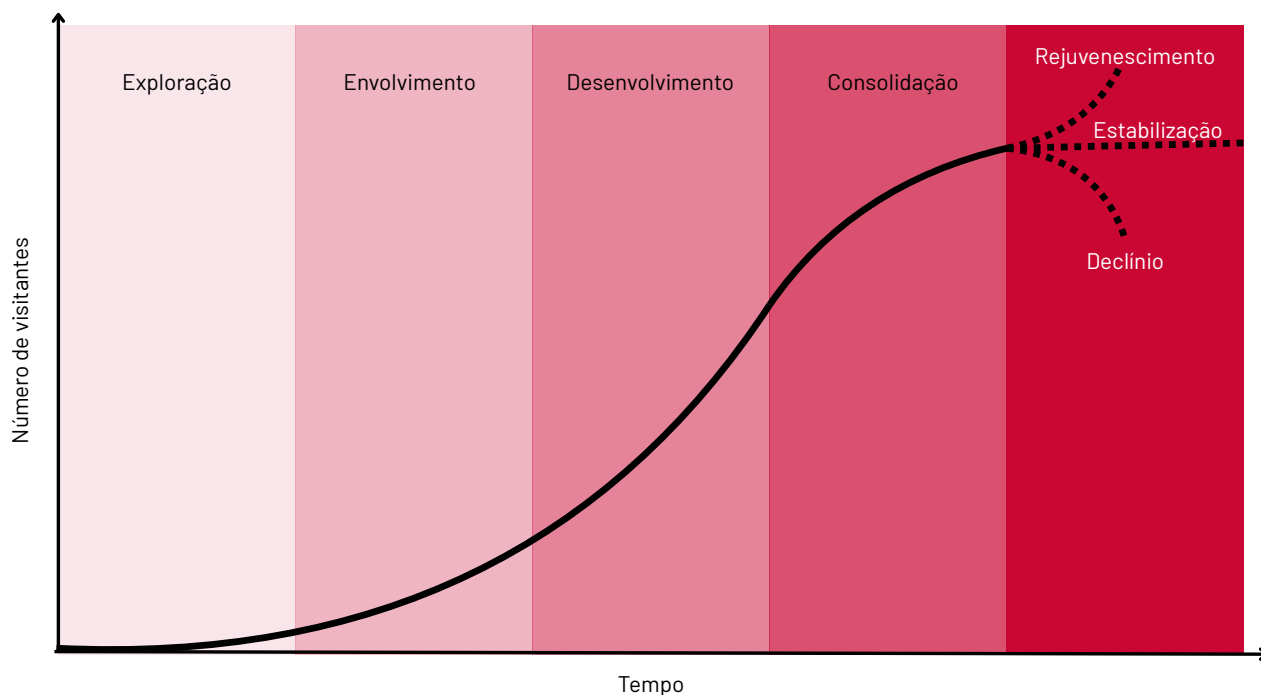
▶ **d) Arranjos institucionais e gestão de desempenho**

Como nos organizamos para chegar até lá e mensurarmos nosso sucesso?

Além dessas questões, é essencial também que o município reconheça onde ele se encontra dentro do ciclo de vida de um destino. Segundo Butler (1980), os destinos turísticos possuem cinco estágios de desenvolvimento:



Ciclo de Vida do Produto Turístico



Fonte: Adaptado de Butler (1980).

- 1. Exploração:** o destino conta com pequeno número de visitantes, atraídos pela cultura e natureza; o número de visitantes é limitado e existe pouca estrutura de suporte; visitantes são originários de cidades do entorno;
- 2. Envolvimento:** possui pouca participação da comunidade local que oferta alguma estrutura de suporte para os visitantes; a sazonalidade do turismo é mais visível e áreas de mercado começam a surgir; visitantes são originários da região ou do estado;
- 3. Desenvolvimento:** chegada de alto número de turistas e organizações externas tais como cadeias de hotéis; operadores de turismo possuem um papel central; turistas são originários de outros estados ou países;
- 4. Consolidação:** o turismo começa a se tornar a maior parte da economia local e cresce em importância turística, com a política assumindo um papel central; as taxas de crescimento de visitantes podem ter se estabilizado e algumas instalações necessitam de melhorias;
- 5. Estagnação:** o número de visitantes atingiu o pico; o destino pode não ser mais considerado tendência e pode haver uma alta rotatividade de imóveis comerciais. Dependendo da resposta dos gestores de destinos ao início da estagnação, vários cenários são então possíveis, incluindo declínio, estabilização ou rejuvenescimento e reinvenção.



Importante:

É na fase de consolidação e estagnação que os gestores mais precisam intervir e tomar medidas para evitar o declínio.

A partir da identificação em qual estágio do ciclo de vida o município se encontra, torna-se possível identificar as melhores estratégias para o desenvolvimento do turismo local de forma participativa, visando atingir o nível do ciclo desejado.

Veja, a seguir, alguns instrumentos para a gestão e organização do turismo no município:

2.5.1.2 Política Municipal de Turismo

A Política Municipal de Turismo é o conjunto de diretrizes, princípios, objetivos e ações definidos pelo poder público local para planejar, organizar, fomentar e regular a atividade turística no município.

Ela orienta como o turismo deve ser conduzido em nível municipal, garantindo que seu desenvolvimento seja sustentável, participativo e alinhado com as necessidades locais – tanto da população quanto do mercado turístico.

Normalmente, a Política é instituída por meio de uma Lei Municipal, aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito. Isso confere estabilidade e legitimidade às ações, além de facilitar o acesso a recursos estaduais e federais. Ou seja, tem um caráter mais regulatório.

Ela define o papel do turismo no desenvolvimento municipal; estabelece prioridades, metas e estratégias para o setor; organiza a atuação do poder público e da iniciativa privada no turismo; integra o turismo às demais políticas públicas (cultura, meio ambiente, infraestrutura, educação, etc.); orienta a elaboração de instrumentos como o Plano Diretor de Turismo, leis de incentivo, sistemas de informações turísticas, entre outros.

2.5.1.3 Plano Diretor de Turismo

É um instrumento de planejamento estratégico, com visão de longo prazo (geralmente 10 anos), que orienta o desenvolvimento turístico de um município ou região de forma organizada, sustentável e integrada com as demais políticas públicas. Ele define diretrizes, cenários, vocações, diagnóstico situacional, potencialidades, objetivos e estratégias macro para fortalecer o turismo como vetor de desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental.

Você sabia?

A Política Municipal de Turismo é frequentemente exigida para acesso a recursos e programas estaduais/federais, como o Mapa do Turismo Brasileiro, recebimento do repasse do ICMS Turismo, entre outros.

Tem como objetivo principal organizar o turismo de maneira planejada, identificando potenciais, fragilidades e oportunidades, para promover um crescimento sustentável, que gere emprego, renda e qualidade de vida para a população local.

Embora o Plano Diretor de Turismo não seja obrigatório por lei federal, muitos estados e órgãos de fomento (como o Ministério do Turismo) recomendam sua elaboração e atualização periódica, especialmente para municípios que integram o Mapa do Turismo Brasileiro.

O que contém um Plano Diretor de Turismo?

Embora o conteúdo possa variar conforme a metodologia adotada, geralmente um PDTur inclui:

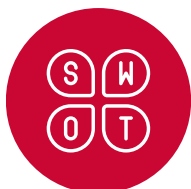


Quer aprender como elaborar um Plano Diretor de Turismo em seu município? [Acesse o documento.](#)



Diagnóstico da realidade local

- Levantamento dos atrativos turísticos (naturais, culturais, históricos);
- Infraestrutura e serviços turísticos;
- Perfil dos visitantes;
- Organização da cadeia produtiva do turismo;
- Políticas públicas e parcerias existentes.



Análise SWOT (FOFA)

Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças do turismo local.



Diretrizes estratégicas

- Definição de eixos de desenvolvimento (ex: turismo rural, de aventura, cultural);
- Zoneamento turístico (delimitação de áreas prioritárias para o turismo);
- Sinalização, infraestrutura, qualificação profissional, marketing turístico, etc.



Plano de ações

- Projetos e programas a serem desenvolvidos;
- Responsáveis, prazos e fontes de recursos;
- Indicadores para monitoramento e avaliação.



Participação social

Envolvimento da comunidade, do trade turístico e do poder público no processo.

2.5.1.4 Plano Municipal de Turismo (PMT)

O Plano Municipal de Turismo (PMT) é um instrumento de planejamento estratégico, participativo e de gestão das ações voltadas ao desenvolvimento sustentável do turismo no município, com uma validade típica de quatro anos. Quando um município possui um Plano Diretor de Turismo, o Plano Municipal de Turismo se torna o desdobramento operacional desse diretor, funcionando como um plano de ação, com metas, prazos, responsáveis e indicadores.

Esse plano é a base para todas as ações de desenvolvimento do turismo local e exige uma construção coletiva. A colaboração de diversos atores locais, instituições estaduais e federais, iniciativa privada e a comunidade é fundamental. Essa abordagem participativa não só assegura a representatividade e assertividade na estruturação, promoção e comercialização do destino, como também permite identificar demandas genuínas, otimizar o uso dos recursos e respeitar a singularidade de cada localidade.

É vital que o Plano Municipal de Turismo esteja alinhado com o Plano Diretor e outras ferramentas de gestão do município, sem esquecer os direcionamentos das esferas estadual e federal.



Saiba mais:

Para saber mais sobre como construir/elaborar um Plano Municipal de Turismo, acesse a Cartilha: [Turismo em 360º: Planejando Turismo no Município](#) e o vídeo: [Planejando o Turismo na Minha Cidade](#)

Considerando o dinamismo intrínseco ao turismo e a constante mutação de seus impactos, o monitoramento contínuo do Plano Municipal de Turismo é de suma importância. As mudanças nas motivações dos turistas, na receptividade do município ou em quaisquer fatores econômicos, ambientais e sociais podem gerar alterações significativas na atividade. A ausência de acompanhamento dessas transformações pode comprometer seriamente a efetividade das ações planejadas, inviabilizando o alcance dos objetivos propostos.



Importante!

A chave para o êxito de um Plano Municipal de Turismo reside em sua execução. Isso significa garantir a correta construção das fases, a compreensão apurada dos resultados, uma estratégia de implantação eficaz e, fundamentalmente, um monitoramento contínuo. É igualmente essencial promover a divulgação das ações e assegurar a inclusão ativa dos munícipes **em todas as estratégias.**

Estrutura Básica do Plano Municipal de Turismo

1.

Introdução e Contextualização

Referência ao PDT, à legislação municipal, estadual e federal e aos organismos de governança (COMTUR, Conselho de Turismo, etc.).

2.

Diagnóstico Atualizado

Pode ser resumido, com foco nos avanços desde o PDT ou nas mudanças contextuais.

3.

Objetivos e Diretrizes

Aqueles definidos no PDT, aqui são reafirmados.

4.

Eixos Estratégicos

- Governança e gestão pública do turismo
- Qualificação da oferta turística
- Infraestrutura e acessibilidade
- Promoção e marketing do destino
- Sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica
- Desenvolvimento de produtos e experiências

5.

Plano de Ação

- Projetos e ações detalhados
- Prazos de curto, médio e longo prazo
- Responsáveis (Prefeitura, COMTUR, associações, setor privado)

6.

Orçamentos estimados

Fontes de financiamento (municipal, estadual, federal, emendas, Sebrae, MAPA, MTur, etc.)

7.

Indicadores e Monitoramento

- Indicadores de desempenho e de impacto
- Sistema de acompanhamento periódico (semestral ou anual)
- Revisão contínua das ações

Instrumentos Legais e Participativos

- O PMT geralmente é construído de forma participativa, com oficinas, audiências públicas e consultas à comunidade e ao trade turístico.
- Deve ser homologado pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e aprovado por decreto ou lei municipal, dependendo da política local.

Validade e Atualização

- A validade pode variar de 4 a 5 anos, com revisão anual ou bienal dos planos de ação.
- Deve estar alinhado às diretrizes do Ministério do Turismo, Plano Nacional de Turismo e, se aplicável, planos estaduais.

Benefícios de Ter um Plano Municipal Ativo

- Fortalece a captação de recursos (inclusive é critério para o Mapa do Turismo Brasileiro).
- Organiza e qualifica o desenvolvimento turístico.
- Melhora a governança e a cooperação público-privada.
- Garante sustentabilidade e crescimento ordenado.

2.5.1.2 Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)

O que é Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)?

Órgão consultivo e deliberativo que fomenta a articulação entre o poder público, a comunidade e o setor privado na gestão e implementação da política municipal de turismo.

Tem como objetivo discutir, planejar e propor políticas públicas para o turismo em nível municipal. É um órgão de fundamental importância na deliberação, fiscalização, implementação e acompanhamento dos instrumentos de estímulo ao desenvolvimento turístico. É nesse espaço democrático que os diferentes atores podem construir conjuntamente caminhos e estratégias para atingir os seus objetivos.

Esse órgão é responsável pela elaboração, execução e monitoramento dos principais documentos de regulamentação da atividade turística no nível municipal, a saber:

- Regimento Interno do COMTUR.
- Política Municipal de Turismo.
- Plano Diretor do Turismo.
- Plano Municipal de Turismo.
- Fundo Municipal de Turismo.
- Regulamentação do Fundo Municipal de Turismo.
- Elaboração da legislação correlata ao setor.

Principais Funções do COMTUR

- Auxiliar na formulação da política municipal de turismo;
- Propor e desenvolver programas e projetos para fomentar o turismo;
- Fiscalizar a Política Municipal de Turismo e a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR);
- Controlar a aplicação dos recursos do FUMTUR;
- Participar da tomada de decisões sobre o desenvolvimento turístico local;
- Articular a cadeia produtiva do turismo;
- Promover a governança do turismo na cidade;
- Sugerir e orientar a administração municipal em ações relacionadas ao turismo;
- Estudar e propor à administração municipal medidas de difusão e amparo ao turismo;
- Coordenar, incentivar, promover e executar ações pertinentes ao desenvolvimento do turismo dentro do município;
- Auxiliar a Administração Pública Municipal na orientação, planejamento, interpretação e julgamento de matéria de sua competência;
- Controlar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo;
- Controlar a Política Municipal de Turismo;
- Ser uma instância de planejamento participativo;
- Ser um fórum deliberativo no tema turismo.



Saiba mais:

Acesse: [Orientações para o Planejamento e Gestão Municipal do Turismo em Minas Gerais](#)

Vídeos: [Diretrizes e Integração - Conselho e Política Municipal do Turismo](#)



- ▶ Seu município tem um COMTUR atuante?
- ▶ Quais são as pautas que estão sendo discutidas?
- ▶ O que pode ser aprimorado?

2.5.1.3 Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR)

O que é Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR)?

É uma conta bancária exclusiva, vinculada à gestão financeira da Prefeitura Municipal, com a finalidade de receber recursos próprios ou oriundos de outras fontes destinados ao fomento das ações estabelecidas na Lei da Política Municipal de Turismo e no Plano Municipal de Turismo (Minas Gerais, 2014).

Sob a gestão do COMTUR, o FUMTUR possui autonomia quanto à aplicação dos recursos, embora mantenha dependência política e contábil em relação à administração municipal. Dessa forma, os valores alocados no fundo devem ser utilizados exclusivamente para a execução das ações previstas na legislação e no Plano Municipal de Turismo, sendo vedada sua utilização para cobrir despesas administrativas da Secretaria de Turismo.

O FUMTUR é um dos pilares de sustentação financeira do município para as ações promocionais e de estruturação do turismo.

Como instituir o FUMTUR??

O Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) deve ser criado por meio de lei específica e regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal. Sua estrutura deverá incluir a formação de um Comitê Gestor, composto por integrantes do COMTUR, ao qual caberá a responsabilidade pela gestão financeira do fundo e pela devida prestação de contas aos órgãos competentes (Minas Gerais, 2014).

Principais Fontes de Recurso do FUMTUR

- **Cessão de Espaços Públicos:** Receita da utilização de espaços públicos municipais para eventos turísticos e de negócios.
- **Ingressos e Receitas de Eventos:** Rendimentos da cobrança de ingressos e receitas geradas por eventos turísticos promovidos pelos gestores do FUMTUR.
- **Convênios com Órgãos Estaduais/Federais:** Recursos transferidos por meio de convênios com o governo estadual ou federal para o desenvolvimento do turismo.
- **Repasse do ICMS Turismo.**
- **Doações e Patrocínios:** Recursos provenientes de convênios, doações e patrocínios de empresas e entidades privadas.
- **Fundos Municipais:** Contribuições de outros fundos municipais para a manutenção do FUMTUR.
- **Taxas de turismo e Contribuições:** Outras taxas e contribuições específicas que podem ser estabelecidas para financiar o FUMTUR.

É comum observar, em diversos municípios, a compreensão equivocada de que o ICMS Turístico seria a única fonte de financiamento do FUMTUR. Tal percepção limita – e em muitos casos inviabiliza – a implementação integral das ações e projetos definidos no Plano Municipal de Turismo (Minas Gerais, 2014).

Diante disso, recomenda-se que a lei de criação do FUMTUR determine expressamente a transferência direta de recursos do orçamento municipal para a conta do fundo, oriundos de dotação orçamentária específica, até que este alcance sustentabilidade financeira contínua.

É igualmente essencial que a legislação preveja a transferência automática dos valores recebidos por meio do ICMS Turístico para o FUMTUR, assegurando recursos para a execução de iniciativas voltadas ao desenvolvimento do turismo local e fortalecendo, assim, a capacidade de gestão e a autonomia do COMTUR.

Além disso, é importante ressaltar que a aplicação dos recursos vinculados ao FUMTUR deve observar as diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano Municipal de Turismo. Toda e qualquer contratação de serviços ou aquisição de bens deverá ser previamente aprovada pela maioria dos membros do COMTUR, em conformidade com o regulamento do fundo. Para garantir a efetividade desse processo, é fundamental que a regulamentação do FUMTUR estabeleça critérios claros para a captação, execução e fiscalização dos recursos (Minas Gerais, 2014).

2.5.1.4 Como captar recursos para o desenvolvimento turístico municipal?

O primeiro passo para a captação de recursos é identificar as necessidades e oportunidades do município. A partir disso, é fundamental elaborar um projeto técnico completo, incluindo objetivos, responsabilidades, cronograma, orçamento e demais informações essenciais. Manter um banco de projetos previamente estruturado é uma estratégia crucial para agilizar o acesso a oportunidades de financiamento, especialmente em editais com prazos reduzidos.

Além disso, é importante diversificar as fontes de captação, explorando não apenas editais públicos, mas também parcerias com a iniciativa privada, organismos internacionais e incentivos fiscais. O fortalecimento de conselhos municipais contribui para dar legitimidade aos projetos e aumentar suas chances de aprovação.

Outro ponto essencial é a qualificação da equipe responsável pela captação, de modo a garantir que os projetos sejam bem estruturados, alinhados a políticas públicas e apresentados dentro das exigências de cada fonte financiadora. Por fim, a articulação com outros municípios e entidades do setor pode ampliar as possibilidades de obtenção de recursos, fomentando o desenvolvimento turístico de maneira integrada e sustentável.

2.5.1.5 Onde captar recursos para o desenvolvimento turístico municipal?

Para implementar políticas públicas do turismo, é essencial que os gestores busquem mecanismos de fomento e contem com ferramentas e processos de captação de recursos em órgãos governamentais, entidades privadas e instituições de financiamento.



Saiba mais:

[Aprenda como fazer Marketing de Destinos Turísticos!](#)

Para saber mais:

[Produtos Turísticos e Plano de Marketing](#) e [Promoção e Comercialização](#)

A seguir, listamos oportunidades relacionados a esse tópico:

- **ICMS Turismo:** O ICMS é uma forma de captar recursos para o município.
- **Editais** da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult), via Fundo Estadual de Cultura (FEC). Acompanhe periodicamente pelo [site](#) os editais disponíveis.
- **Emendas parlamentares** do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) podem ser enviadas para Estados e Municípios, para apoiar investimentos de expansão da atividade turística, melhorias na mobilidade e conectividade turística e da qualidade do produto para o turista. Acesse a [Cartilha Parlamentar 2024-2025](#) do Ministério do Turismo e conheça como seu município pode ser beneficiado.
- **Fundo Geral do Turismo (Fungetur):** Mecanismo de [financiamento](#) com orçamento específico vinculado ao Ministério do Turismo, para fomentar empreendimentos turísticos nacionais. As linhas do fundo abrangem financiamentos privados em capital fixo, obras civis para implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos, bens e capital de giro. Podem ter acesso ao recurso os prestadores de serviços turísticos, sejam pessoas jurídicas ou empresários individuais que possuam cadastro regular no Cadastur (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do MTur).
- **Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)** é a [instituição em Minas](#) que oferece financiamento a micro e pequenas empresas do setor do Turismo.
- **Institutos, Fundações, etc.:** Algumas instituições abrem editais para apoiar projetos que estejam alinhados com suas finalidades institucionais, principalmente pautas ligadas a práticas ESG, inclusão social. Algumas delas são: [Plataforma Semente](#), [Associação Brasileira de Captadores de Recursos](#), [Prosas](#), [Instituto Sociedade, População e Natureza](#) e [Claro](#).
- **Empresas locais de grande e médio porte:** algumas empresas locais estabelecem como política interna o compromisso social de apoiar iniciativas nos territórios em que estão sediadas. Diante disso, é válido apresentar o banco de projetos para essas empresas e solicitar apoio.
- **Ministério do Turismo** é uma instituição nacional que lança editais para apoio ao setor de turismo. Verifique periodicamente seu site para mais informações.

2.5.1.6 Estruturação e divulgação do seu destino

Uma vez que o município tenha consolidado os principais instrumentos de planejamento e gestão do turismo – como a definição da Política Municipal de Turismo, a integração com o Plano Diretor, a criação de uma legislação específica, o funcionamento efetivo do COMTUR e a regulamentação do FUMTUR – é chegado o momento de avançar na estruturação dos produtos turísticos locais.

Essa nova etapa envolve transformar o potencial identificado em experiências turísticas concretas, qualificadas e atrativas. Para tanto, é necessário investir na criação e no fortalecimento de produtos turísticos, na organização da oferta, na articulação com os atores locais e na construção de estratégias de promoção e comercialização do destino. Ou seja, tão importante quanto planejar e organizar o turismo é garantir que ele se torne visível, acessível e competitivo.

O sucesso das políticas e ações implementadas dependerá, em grande medida, da capacidade do município de estruturar bem seus atrativos, serviços e roteiros e de promover seu território de forma estratégica, alinhada às tendências do mercado e às expectativas dos visitantes.

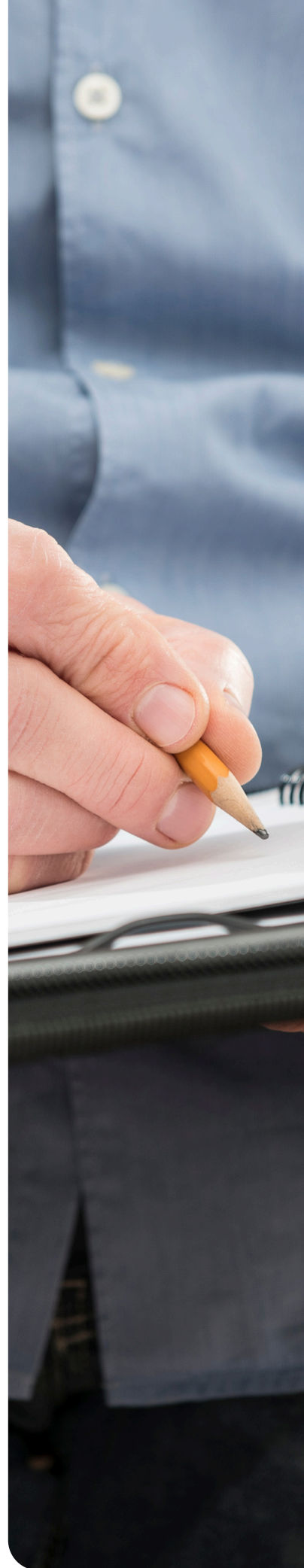
No capítulo anterior, apresentamos diversos instrumentos e ações desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais que oferecem suporte técnico e estratégico aos municípios nessa fase de desenvolvimento, como a Plataforma Integrada do Turismo, que auxilia na formulação do inventário turístico; o Mapa do Turismo Brasileiro; as Campanhas de Oportunidades; a participação em feiras e eventos, dentre outros.

Neste momento, é essencial que o município aproveite essas iniciativas e siga as recomendações propostas, utilizando as ferramentas disponíveis para fortalecer sua presença no cenário turístico estadual e nacional.

O alinhamento com as políticas estaduais potencializa resultados, amplia parcerias e reforça a inserção do destino em redes mais amplas de promoção e comercialização.

Estruturação do destino turístico

A estruturação envolve preparar o território para receber bem os visitantes. Para isso, é necessário:



- **Qualificar os atrativos existentes:** Investir na sinalização, acessibilidade, infraestrutura de apoio (banheiros, estacionamento, centros de atendimento ao turista) e segurança dos atrativos turísticos.
- **Desenvolver produtos turísticos:** Agrupar atrativos, serviços, atividades e experiências em roteiros ou circuitos temáticos que contem histórias, valorizem a cultura local e incentivem a permanência dos visitantes.
- **Capacitar os serviços:** Profissionais de hospedagem, alimentação, guias, condutores e empreendedores locais devem estar preparados para oferecer atendimento de qualidade, com hospitalidade e conhecimento sobre o destino.
- **Articular parcerias:** A articulação com a iniciativa privada, associações comunitárias e demais secretarias municipais fortalece a rede de apoio ao turismo e amplia a capacidade de resposta do destino.

Comercialização e promoção turística

Após a estruturação, é hora de alavancar a comercialização e a promoção. No entanto, para que ambas sejam realmente eficazes, é necessário ir além das ações pontuais e adotar uma abordagem estratégica baseada em conceitos consolidados do marketing aplicados ao turismo.

Nesse sentido, compreender os elementos que compõem o chamado “composto de marketing” – os 4 Ps – torna-se essencial para planejar e executar ações alinhadas ao perfil do público-alvo, à identidade do destino e às dinâmicas do mercado turístico.

Os 4 Ps do marketing referem-se ao Produto, Preço, Praça, Promoção e cada um engloba vários elementos:



O estudo e entendimento das especificidades desses 4s pode ajudar o município a pensar em processos estratégicos para conhecer realmente seu produto. Vale destacar que o produto precisa atender às necessidades do público-alvo, gerar uma experiência inesquecível. Por isso, é preciso que os gestores do município entendam qual é o diferencial do produto que eles têm, para, a partir de então, trabalhar com os outros 3 pilares (preço, praça e promoção) que estão em torno do produto.

Dessa forma, é possível oferecer experiências diferenciadas aos turistas com preços coerentes com os custos e o valor percebido, posicionar-se no mercado, destacar o diferencial do seu produto por meio de ações empregadas com o objetivo de divulgar seu negócio em nível local a internacional.

Ações como viagens de familiarização (também chamadas de famtours ou famtrips), rodadas de negócios, treinamentos e campanhas de vendas e participação em feiras profissionais do setor podem ser úteis para familiarização e compreensão de como colocar cada "P" do marketing turístico em prática.

Já a promoção turística tem como objetivo fazer com que o produto turístico seja conhecido no mercado. Ela deve ser planejada com base no perfil dos visitantes que se deseja atrair e pode utilizar diferentes canais e ferramentas, como:

- **Criação de identidade visual do destino:** Um nome, logo e slogan que expressam a essência do lugar ajudam a fortalecer a imagem do município como destino turístico.
- **Presença digital:** Ter um site promocional atualizado, perfis em redes sociais, participação em plataformas de turismo e estratégias de marketing digital são ações essenciais para alcançar o público moderno.
- **Material promocional:** Mapas, guias, vídeos, fotografias e folders ajudam na divulgação em eventos, feiras e pontos de atendimento.
- **Relacionamento com a imprensa e influenciadores:** Convidar jornalistas, criadores de conteúdo e agentes de viagem para vivenciar o destino é uma forma eficiente de gerar visibilidade e credibilidade.
- **Participação em eventos e feiras:** Estar presente em espaços de promoção e comercialização do turismo, em parceria com a IGR ou o estado, amplia a visibilidade e a inserção do destino no mercado.



Saiba mais:

Para saber mais sobre Comercialização e promoção turística, acesse o [Manual Operacional 8 - Promoção e Apoio à Comercialização](#)

**Importante!**

É essencial estar atento aos Programas Estaduais de promoção (Campanhas de Oportunidades, Portal Minas Gerais, Blog Daqui de Minas, Redes Sociais Visite Minas) e participar de feiras e eventos. Essas ações ajudam a dar visibilidade aos produtos e destinos mineiros.

A estruturação, comercialização e promoção do destino são etapas contínuas e complementares, que devem caminhar junto à gestão participativa e ao monitoramento constante. Quando bem planejadas, essas ações geram benefícios para toda a comunidade, fortalecem a economia local e promovem o reconhecimento da identidade e dos valores culturais do território.



3.

Dados do Turismo

Avaliação e monitoramento

3.1 O que é Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas?

O monitoramento e a avaliação de políticas públicas de turismo são processos fundamentais para a tomada de decisão bem informada, garantindo que as ações planejadas alcancem seus objetivos e gerem impactos positivos para o setor. O monitoramento refere-se ao acompanhamento contínuo da implementação das políticas e programas, enquanto a avaliação busca analisar os resultados e impactos gerados (Souza et al., 2021), permitindo ajustes e melhorias na gestão pública do turismo.

3.1.1 Motivadores e Objetivos

As políticas públicas de turismo são impulsionadas por diversos fatores, incluindo o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda, a preservação cultural, a sustentabilidade ambiental e a inclusão social. O monitoramento e a avaliação permitem assegurar a efetividade das ações implementadas, promover a transparência e a prestação de contas à sociedade, ajustar estratégias conforme os desafios e oportunidades identificados, mensurar impactos sociais, econômicos e ambientais e garantir a sustentabilidade das políticas a longo prazo, além de potencializar seus benefícios diretos para a população.

3.1.2 Como Avaliar e Monitorar as Políticas do seu município?

Para realizar uma avaliação eficaz, é essencial definir objetivos e metas claras, estabelecer indicadores de desempenho, coletar e sistematizar dados confiáveis, engajar os atores locais e garantir uma periodicidade consistente na análise das informações.

O monitoramento e a avaliação podem ser realizados de diversas formas, por meio da análise de indicadores, pesquisas e enquetes com turistas, empresários e comunidades locais; de estudos de caso, que permitam extrair boas práticas; da aplicação de matrizes SWOT para diagnóstico estratégico e de relatórios de gestão que documentem as ações realizadas e seus resultados. A seguir, vamos aprofundar um pouco mais sobre a análise de indicadores:

3.1.3 Indicadores estratégicos e Coleta de Dados

Indicadores são ferramentas essenciais para simplificar grandes volumes de dados, transformando-os em informações claras e significativas. Sua principal importância reside na capacidade de monitorar mudanças de forma contínua e consistente ao longo do tempo. Os indicadores permitem acompanhar as transformações em um destino ou território, oferecendo uma visão constante e consistente.

Os principais indicadores utilizados em nível municipal incluem aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais:



Indicadores Econômicos

- Receita gerada pelo turismo, obtida por meio de registros da Secretaria da Fazenda e estudos de impacto econômico.
- Número de empregos formais e informais gerados pelo turismo, com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e dados municipais.
- Arrecadação de tributos relacionados ao setor, como ISS e taxas turísticas, levantada junto às secretarias municipais de finanças.



Indicadores Sociais

- Grau de satisfação dos turistas e da comunidade local coletado por meio de enquetes aplicadas em pontos turísticos e entrevistas com moradores.
- Participação da população local nas decisões sobre políticas de turismo medida pela presença em conselhos municipais de turismo e audiências públicas.
- Desenvolvimento de iniciativas de turismo comunitário identificado por meio de programas municipais e associações locais.



Indicadores Ambientais

- Impacto ambiental das atividades turísticas avaliado por meio de estudos de capacidade de carga e monitoramento de áreas naturais.
- Adoção de práticas sustentáveis pelos estabelecimentos turísticos verificadas por certificações ambientais e auditorias municipais.
- Gestão de resíduos sólidos em áreas turísticas com base em relatórios da prefeitura e de empresas de coleta seletiva.



Indicadores Culturais

- Número de eventos culturais promovidos ou apoiados pelo município registrados em relatórios da secretaria de cultura e turismo.
- Preservação do patrimônio histórico e cultural acompanhada por inventários municipais e registros do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
- Incentivo a manifestações culturais locais identificado pelo apoio a grupos culturais e projetos de valorização da identidade regional.

3.1.3.1 Onde encontrar os dados?

A coleta desses dados deve ser realizada internamente pelo próprio município, pois muitas dessas informações não estão prontamente disponíveis em bases consolidadas.

Para isso, é essencial que a administração municipal desenvolva mecanismos próprios de levantamento e sistematização de dados, como a aplicação de pesquisas regulares, a criação de registros administrativos e o estabelecimento de parcerias com entidades locais.

Dessa forma, o município poderá obter informações mais precisas e adaptadas à sua realidade, garantindo um monitoramento mais eficaz das políticas públicas de turismo.

Por outro lado, existem bases de dados que fornecem informações sobre o turismo e podem contribuir para a tomada de decisão no nível municipal. Alguns repositórios e plataformas onde dados do setor de turismo podem ser encontrados são:

Observatório do Turismo de Minas Gerais

Rede de pesquisa que tem como principal finalidade monitorar o desenvolvimento do turismo no estado por meio do levantamento de pesquisas, dados, números e da elaboração de indicadores. Oferece informações qualificadas a gestores, empresários, pesquisadores e demais atores da atividade turística, podendo servir como base para a tomada de decisões e a formulação de políticas públicas.

Acessar

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que tem como objetivo produzir e disseminar conhecimentos que subsidiam a formulação e avaliação de políticas públicas no Brasil, oferecendo estudos e análises para orientar gestores governamentais, pesquisadores, trabalhadores e instituições envolvidas no desenvolvimento econômico e social.

[Acessar](#)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Instituição que tem como objetivo produzir e disseminar informações oficiais sobre a realidade econômica, social, demográfica e geográfica do Brasil, subsidiando a formulação e avaliação de políticas públicas e orientando gestores, pesquisadores, empresas e a sociedade em geral para o desenvolvimento do país.

[Acessar](#)

Índice de Atividades Turísticas (Iatur)

O Índice de Atividades Turísticas (IATUR) é um indicador especial da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), produzido pelo IBGE, que acompanha a variação da receita nominal e do volume das atividades econômicas relacionadas ao turismo. Ele agrega 22 das 166 atividades investigadas pela PMS, incluindo setores como transporte aéreo, hospedagem, alimentação, agências de viagem e atividades culturais. Atualmente, o IATUR contempla 17 unidades da federação e atende à demanda por dados mais detalhados sobre o setor turístico, sendo uma ferramenta essencial para gestores públicos e pesquisadores interessados no desempenho econômico do turismo no Brasil.

[Acessar](#)

Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET)

O programa divulga dados da RAIS e do CAGED/Novo CAGED sobre o mercado de trabalho formal, como admissões, desligamentos e salários. No setor de turismo e cultura, essas informações permitem acompanhar a evolução do emprego formal em atividades como hospedagem, alimentação e transporte, agências de viagens, serviços culturais e entre outras. Essas informações são fundamentais para o planejamento e avaliação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor turístico.

[Acessar](#)

Mapa de Empresas

Uma ferramenta do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que disponibiliza dados mensais sobre o registro de empresas, como tempo médio de abertura, número de aberturas e fechamentos de empresas, com recortes, por exemplo, por atividade econômica. É possível filtrar por empresas ativas vinculadas à atividade turística, acompanhar a evolução do empreendedorismo por setor e comparar com dados locais, como os do Cadastur, para verificar se refletem a realidade atual do município

Acessar

Transporte Rodoviário Regular de Passageiros - Bilhetes de Passagens (Monitriip)

A plataforma disponibilizada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) fornece informações sobre o transporte coletivo regular rodoviário interestadual e internacional de passageiros, incluindo origem, destino, número de passageiros embarcados, tipo de bilhete, entre outras informações. Esses dados são essenciais para o turismo, pois permitem identificar os principais fluxos rodoviários interestaduais e internacionais, desde a escala municipal até a estadual e nacional, possibilitando analisar a demanda de deslocamentos entre destinos, monitorar a sazonalidade das viagens e oferecer subsídios para políticas públicas de infraestrutura, mobilidade e promoção turística.

Acessar

Plano de Dados Abertos (PDA) - Ministério do Turismo

Dados publicados e livremente disponibilizados para consulta de qualquer cidadão, sendo um ótimo ponto de partida para tomada eficaz de decisões. Dentro do site, é possível acessar uma fonte de dados diversa, como Prestadores de Serviços Turísticos, Chegada de Turistas Internacionais, Categorização dos Municípios Turísticos, entre muitos outros.

Acessar

Boletim de Desempenho Econômico do Turismo

Divulga dados de sondagem conjuntural qualitativa trimestral. É realizado em conjunto com empreendedores turísticos para mapear a evolução e as perspectivas do setor, analisando as seguintes áreas: hotelaria, agências de viagem, turismo receptivo, eventos, operadoras e restaurantes.

Acessar

Dados EMBRATUR

Ações por Estado: compreendem um resumo do que foi feito, pela Embratur, para cada estado da federação.

Acessar

Insights para o mercado: Elaborados pela Coordenação de Mercados Internacionais, esses relatórios fornecem informações detalhadas sobre o funcionamento do mercado turístico de cada país, com dados sobre fluxos, perfil e ciclo de compras de serviços.

Acessar

Chegada de Turistas Internacionais: Painel que disponibiliza os dados das chegadas de turistas internacionais.

Acessar

Inteligência de Dados: Os principais dados sobre turismo internacional para a tomada decisão.

Acessar

Plano de Dados Abertos (PDA) - Ministério do Turismo

Dados publicados e livremente disponibilizados para consulta de qualquer cidadão, sendo um ótimo ponto de partida para tomada eficaz de decisões. Dentro do site, é possível acessar uma fonte de dados diversa, como Prestadores de Serviços Turísticos, Chegada de Turistas Internacionais, Categorização dos Municípios Turísticos, entre muitos outros.

Acessar

Boletim de Desempenho Econômico do Turismo

Divulga dados de sondagem conjuntural qualitativa trimestral. É realizado em conjunto com empreendedores turísticos para mapear a evolução e as perspectivas do setor, analisando as seguintes áreas: hotelaria, agências de viagem, turismo receptivo, eventos, operadoras e restaurantes.

Acessar

3.1.4 Ferramentas de Gestão

Para além de fontes para coleta de dados turísticos, existem também outras ferramentas que podem ser muito úteis para facilitar o processo de gestão, elas são:

Slack

Chat para facilitar a comunicação e colaboração do time. Com ele, é possível criar "Channels", por onde a equipe compartilha comentários, documentos, imagens e vídeos.



When I Work

Aplicativo de gestão para a organização de agendas e compromissos no dia a dia de trabalho. O sistema identifica a disponibilidade dos membros da equipe por um painel de cores e também permite a delegação de tarefas, melhorando a comunicação interna e otimizando o tempo.



Survey Monkey

Aplicativo para elaborar questionários e pesquisas em poucos minutos, para além disso, também é possível: enviar questionários por e-mail ou mídias sociais; monitorar respostas em tempo real e transformar os dados coletados em insights práticos.



Miro

Software para desenvolvimento de mapas mentais e diagramas colaborativos. Conta também com funções para destaque dos tópicos principais a serem feitos nos projetos, sendo muito usado em prol da produtividade.



Evernote

Aplicativo para organizar tarefas e lembretes, possui recursos que permitem a organização de arquivos em categorias, listas e anotações. Também conta com criação de grupos para compartilhamento de notas, imagens e documentos.



3.1.5 Transparência e Visibilidade: a importância de divulgar os dados coletados

A coleta e análise de dados turísticos são fundamentais para orientar decisões, definir prioridades e aprimorar a gestão pública. No entanto, o processo não deve se encerrar na utilização interna das informações. Divulgar os dados coletados é um passo essencial para garantir transparência, fomentar a colaboração entre os atores locais e regionais e dar visibilidade às ações realizadas no município.

A publicação periódica de dados por meio de boletins informativos, infográficos, painéis digitais, relatórios ou seções específicas nos sites institucionais permite que diferentes públicos – como empreendedores, investidores, pesquisadores, moradores e visitantes – acessem e utilizem essas informações de forma qualificada.

Ferramentas para apresentação e divulgação dos dados

Mesmo com estruturas reduzidas ou equipes enxutas, os municípios podem utilizar ferramentas gratuitas e de fácil uso para transformar os dados coletados em produtos informativos atrativos e acessíveis. A seguir, algumas sugestões:

[Canva](#)

Plataforma intuitiva que permite criar infográficos, apresentações, boletins, posts para redes sociais, cartazes e outros materiais gráficos. Oferece modelos prontos que facilitam a visualização de dados.



[Google Data Studio \(atualmente Looker Studio\)](#)

Ferramenta gratuita do Google para criar painéis interativos e visualizações dinâmicas com base em planilhas e bancos de dados. Pode ser vinculada ao Google Sheets, permitindo atualizações automáticas.



[Infogram](#)

Ideal para criar gráficos, infográficos e relatórios interativos. Possui recursos de visualização de dados em tempo real.



[Piktochart](#)

Outra alternativa prática para criar relatórios visuais e apresentações, com foco em dados e estatísticas.



[Google Sites](#)

Permite criar páginas simples e gratuitas para divulgação institucional de dados, como boletins periódicos, relatórios e arquivos públicos relacionados ao turismo.



A visibilidade dos dados fortalece a credibilidade do setor de turismo no município, evidencia os resultados das políticas públicas adotadas e favorece a atração de parcerias, recursos e novos fluxos turísticos. Ao compartilhar informações, o município também contribui para a construção de uma base de conhecimento coletivo que pode alimentar estratégias regionais e estaduais de desenvolvimento turístico.

Portanto, investir na comunicação dos dados coletados é uma prática de gestão moderna, participativa e eficaz, que amplia o impacto da produção de informação e reforça o papel do turismo como vetor estratégico do desenvolvimento local.

An overhead view of three people sitting around a dark wooden table in a study or cafe setting. A woman on the left is writing in a notebook. A woman in the center is also writing. A man on the right is looking at a smartphone. On the table are two cups of coffee, a laptop, and several smartphones. The background shows other tables and chairs in a warm, wooden-floored environment.

4. Amplie seu conhecimento

Nesta seção, disponibilizamos diferentes fontes de informação e plataformas gratuitas que podem auxiliar no desenvolvimento de seu destino turístico! Bons estudos!

MTur

Em consonância com o Plano Nacional de Turismo e com a Política Nacional de Qualificação no Turismo (PNQT), o Ministério oferta, por meio da plataforma Qualifica Turismo, cursos de qualificação no turismo destinados aos profissionais da cadeia produtiva do turismo e demais pessoas que desejam integrar o setor, proporcionando o aprimoramento profissional na área.

Alguns cursos ofertados:

EIXO TURISMO

- ✓ Curso Gestor do Turismo (224 horas)
- ✓ Curso de Atendimento ao Turista (80 horas)
- ✓ Condutor de Turismo Náutico (44 horas)
- ✓ Turismo Acessível na Língua Brasileira de Sinais (30 horas)
- ✓ Turismo Acessível às Pessoas com Espectro Autista - TEA (30 horas)
- ✓ Turismo Acessível às Pessoas com Deficiência Intelectual (30 horas)
- ✓ Turismo Acessível às pessoas com Surdocegueira e às pessoas com Deficiência Múltipla (30 horas)
- ✓ Turismo Acessível às pessoas com deficiência física e/ou com mobilidade reduzida (30 horas)
- ✓ Audiodescrição e Turismo Acessível (30 horas)
- ✓ Orientação e mobilidade de pessoas cegas em ambientes urbanos (30 horas)

[Acessar](#)

Instituto Federal do Rio Grande do Sul

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul oferta, regularmente, diversos cursos gratuitos e online, relacionados ao turismo, meio ambiente, gestão e administração pública e idiomas.

Alguns cursos ofertados:

EIXO TURISMO

- ✓ Geografia e Turismo (200 horas)
- ✓ Agências de Viagem e Turismo (30 horas)
- ✓ Agente de Informações Turísticas (200 horas)
- ✓ Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem (200 horas)
- ✓ Camareira em Meios de Hospedagem (200 horas)
- ✓ Condutor de Turismo de Pesca (200 horas)
- ✓ Condutor de Turismo em Espaços Culturais (200 horas)
- ✓ Cerimonialista (200 horas)
- ✓ Eventos - Conceitos (20 horas)
- ✓ Eventos - Tipos (20 horas)
- ✓ Organizador de Eventos (200 horas)

EIXO IDIOMAS

- ✓ Espanhol para o turismo e hospitalidade (30 horas)
- ✓ Espanhol básico para atendimento a clientes I e II (40 horas cada módulo)
- ✓ Inglês Básico, Pré-intermediário e Intermediário (90 horas cada módulo)
- ✓ Francês Básico

[Acessar](#)

Instituto Federal de Minas Gerais

O Instituto Federal de Minas Gerais oferta, regularmente, diversos cursos gratuitos e online, relacionados à cultura, meio ambiente, comunicação e idiomas.

Alguns cursos ofertados:

EIXO IDIOMAS

- ✓ Espanhol para o turismo e hospitalidade (30 horas)
- ✓ Espanhol básico para atendimento a clientes I e II (40 horas cada módulo)
- ✓ Inglês Básico, Pré-intermediário e Intermediário (90 horas cada módulo)
- ✓ Francês Básico

[Acessar](#)

Sebrae Play

O Sebrae Play é uma plataforma online do Sebrae que oferece conteúdos, cursos e séries de aprendizagem sobre diversos temas, como turismo, marketing, empreendedorismo, estratégia e gestão, sustentabilidade, entre outros.

Alguns cursos ofertados:

EIXO TURISMO E GASTRONOMIA

- ✓ Turismo Gastronômico (3h30)
- ✓ Eventos de Turismo: planeje, participe e prospere (2h06min)
- ✓ Identidades Gastronômicas (coleção)
- ✓ Vem de Minas (coleção)
- ✓ Indicação Geográfica: Passo a passo para o registro (Vídeo - 6 min)
- ✓ Governança na cadeia produtiva: dicas de gestão (Vídeo - 8 min)

EIXO SUSTENTABILIDADE

- ✓ Turismo, Sustentabilidade e o Futuro do Planeta e dos Negócios (Ebook)
- ✓ ESG: 5 ações simples para adotar em negócios de gastronomia (Artigo - 7 min)
- ✓ Cidades sustentáveis (Ebook)
- ✓ ESG e os pequenos negócios (E-book)

EIXO MARKETING

- ✓ Planejamento de Marketing Digital (4h)

[Acessar](#)

Valoriza SP

Plataforma de capacitação e troca de conhecimento do setor de turismo da Secretaria Estadual de Turismo de São Paulo. Os interessados devem se cadastrar na plataforma para ter acesso às informações dos cursos.

[Acessar](#)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O Projeto Brasil – Turismo Responsável – é uma parceria entre a UFRN e o Ministério do Turismo (MTur), que tem como objetivo promover e consolidar o turismo responsável no país por meio de iniciativas que envolvem pesquisas, elaboração de conteúdos técnicos e ações práticas no território nacional.

Alguns cursos ofertados:

EIXO TURISMO

- ✓ Curso de Extensão de Turismo Responsável (60h)
- ✓ Turismo Responsável (Ebook)
- ✓ Política Nacional de Turismo de Base Comunitária: subsídios e orientações técnicas
- ✓ Turismo de Base Comunitária: construção de indicadores para o alcance da agenda 2030 no Brasil
- ✓ Segurança turística: manual orientador para gestores públicos e privados

- ✓ Turismo de base comunitária: manual orientador para gestores públicos e privados
- ✓ Turismo sustentável: manual orientador para gestores públicos e privados
- ✓ Turismo e orlas: subsídios para gestão integrada de destinos turísticos
- ✓ Cartilha de gestão de orlas turísticas: estudos de caso em 10 destinos brasileiros
- ✓ Vídeos com orientações para gestores sobre Turismo Responsável
- ✓ Vídeos explicativos sobre as temáticas do Turismo Responsável
- ✓ Diretrizes para o desenvolvimento de Planos de Gestão Integrada da Orla (PGIs).

[Acessar](#)

Escola Virtual de Governo

O projeto consiste em um conjunto de serviços disponibilizados em um Portal Único de Escolas de Governo. Para o servidor ou cidadão que busca capacitação no serviço público, o Portal oferece um catálogo de cursos unificado das principais escolas de governo e centros de capacitação da Administração Pública.

EIXO TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO

- ✓ Educação Patrimonial e Turismo Cultural (10h)
- ✓ Educação Patrimonial: currículo, conceito e temas (10h)
- ✓ Educação Patrimonial e Arte (10h)
- ✓ Educação Patrimonial e Diversidade (10h)
- ✓ Educação Patrimonial e Patrimônio Imaterial (10h)
- ✓ Educação Patrimonial e Patrimônio Material (10h)
- ✓ Educação Patrimonial e Inventários Participativos (10h)
- ✓ Educação Patrimonial e Educação Museal: Relações e Interconexões possíveis (10h)
- ✓ Captação de Recursos para Museus (25h)
- ✓ Para Fazer uma Exposição (20h)

- ✓ Acessibilidade em Museus (25h)
- ✓ Como institucionalizar e implementar um Sistema de
- ✓ Cultura local (20h)
- ✓ Economia criativa, empreendedorismo e inovação (20h)
- ✓ Implementação de Políticas em Economia Criativa (20h)

EIXO SUSTENTABILIDADE

- ✓ ASG na Gestão Pública: caminhos para a sustentabilidade (30h)
- ✓ Caminhos para a Sustentabilidade: ESG e Políticas Públicas (30h)
- ✓ Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: desafios para a implementação (24h)
- ✓ Agenda para o desenvolvimento sustentável: conceitos, mobilização e articulação (8h)
- ✓ Elaboração de políticas, programas e projetos para o desenvolvimento humano e sustentável (10h)
- ✓ Sustentabilidade na Administração Pública (28h)
- ✓ Instrumentos de Desenvolvimento Urbano Sustentável - Governança (20h)

EIXO GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

- ✓ Evidências para políticas públicas (30h)
- ✓ Métodos e Ferramentas para Inovação em Políticas Públicas (25h)
- ✓ Políticas Públicas e Governo Local (40h)
- ✓ Celebração de Parcerias no Setor Público (25h)
- ✓ Parcerias Público-Privadas e Concessões (30h)
- ✓ MROSC: Planejamento e Transparência (30h)
- ✓ Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (40h)
- ✓ Planejamento Estratégico para Organizações Públicas (25h)
- ✓ Inovando na Gestão de Projetos (25h)
- ✓ Introdução à Gestão de Riscos (40h)
- ✓ Criatividade e Inovação Aplicada ao Serviço Público (25h)

[Acessar](#)

Plataforma Aprenda Mais

Ambiente virtual de aprendizagem do Ministério da Educação (MEC) que oferece cursos gratuitos e à distância em diversas áreas do conhecimento. A plataforma disponibiliza centenas de cursos abertos, abrangendo temas como educação, gestão, tecnologia e turismo, permitindo que qualquer pessoa amplie seus conhecimentos de forma acessível e flexível.

[Acessar](#)

Instituto Serzedello Corrêa

O Instituto Serzedello Corrêa (ISC) é a escola de governo do Tribunal de Contas da União (TCU). O propósito do Instituto é desenvolver pessoas para a construção de uma sociedade cidadã. Para isso, promove a capacitação de profissionais do TCU, servidores públicos de outras instituições e cidadãos.

[Acessar](#)

Instituto Legislativo Brasileiro

O Instituto Legislativo Brasileiro é um órgão do Senado Federal, fundado em 1997, com a missão de formar, treinar, capacitar recursos humanos e aperfeiçoar a formação dos profissionais do Legislativo. Os cursos on line são abertos e gratuitos para cidadãos de todo país e se referem a várias áreas do conhecimento, como Ciência Política, Direito, Administração Pública, Gestão de Pessoas, Comunicação, e Economia.

[Acessar](#)

Plataforma Lúmina

O Lúmina é uma plataforma da UFRGS de cursos online abertos e de acesso gratuito para qualquer pessoa, com conteúdos desenvolvidos por professores universitários, estudantes e técnicos.

[Acessar](#)

Conselho Nacional de Justiça

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é uma instituição pública que visa aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. O CNJ desenvolve e coordena vários programas de âmbito nacional que priorizam áreas como Gestão Institucional, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Tecnologia.

[Acessar](#)

Câmara dos Deputados

O Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados oferece diversos cursos de capacitação, ações e produtos dirigidos a diversos segmentos da sociedade, visando à formação para a democracia e à disseminação do saber legislativo.

[Acessar](#)

Plataforma UNESP Aberta

A Unesp Aberta é um ambiente de aprendizagem on line e gratuito que oferece a oportunidade de formação e aperfeiçoamento em diversas áreas do conhecimento.

[Acessar](#)

Plataforma PoCA - UFSCar

O Portal de Cursos Abertos - PoCA - é uma plataforma de cursos à distância, abertos e gratuitos, disponibilizados pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Os cursos disponibilizados no PoCA oferecem oportunidade de formação e atualização em diferentes áreas do conhecimento, além daquelas voltadas principalmente para a promoção de inovações nos processos de ensino e aprendizagem.

[Acessar](#)

Plataforma ESKADA - UEMA

A Plataforma Eskada é uma de várias frentes de trabalho da Universidade Estadual do Maranhão para disseminar o Ensino à Distância no Brasil e no mundo. A plataforma oferece cursos abertos em diversas áreas: sustentabilidade, educação ambiental, gestão, idiomas, etc.

[Acessar](#)

Centro Paula Souza

O Centro Paula Souza disponibiliza cursos on line à distância, livres e gratuitos, com duração média de 30 horas. Qualquer pessoa interessada pode se inscrever, basta se cadastrar. Os cursos são dinâmicos e em diversas áreas, tais como: comunicação, gestão, TI, educação, etc

[Acessar](#)

Portal e-Aulas USP

O portal e-Aulas USP é um serviço web que dá acesso a conteúdos educacionais em mídia digital produzidos ou apoiados pela Universidade de São Paulo.

[Acessar](#)

Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop)

A Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP) oferta cursos técnicos em Conservação e Restauro, a nível teórico e prático, com aulas presenciais em Ouro Preto. Informações pelo site da Faop.

[Acessar](#)

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG)

O Iepha oferta ações formativas para gestores e servidores municipais, tendo como um dos principais objetivos capacitar os municípios para adesão no programa ICMS Patrimônio Cultural, que recompensa financeiramente as cidades que desenvolvem políticas de preservação do patrimônio cultural. Também são oferecidos momentos de diálogo entre especialistas e profissionais do campo do patrimônio cultural. As capacitações oferecidas pelo instituto podem ser conferidas pelo site do Iepha-MG.

[Acessar](#)

Referências

BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. São Paulo: SENAC, 2003.

BENI, M. C. Sistema de Turismo – SISTUR: Estudo do turismo face à moderna teoria de sistemas. Revista turismo em análise, 1(1), 15-34, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v1i1p15-34>

BRASIL Ministério do Turismo e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e regiões. 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_caracterizacao_br_re.pdf. Acesso em: 03 dez. 2024.

BRASIL Competências. Brasília: Ministério do Turismo, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias>. Acesso em: 06 mai. 2025.

BRASIL. Glossário do turismo: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos. 1. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. 44 p. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/glossarios/glossario_do_turismo_-_1a_edicao.pdf. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. Mtur Descomplica. Instagram: @mturismo, 06 nov. 2024. Post. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DCCNQC9t7y3/>. Acesso em: 09 mai. 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Turismo 2024-2027: O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo. Brasília: Ministério do Turismo, 2024 b. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/planos/plano-nacional-do-turismo/PLANONACIONALDETURISMOV431.10PORTAL.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: módulo operacional 2: mobilização. Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Regionalização, 2007. 43 p. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/modulos-operacionais-do-programa-de-regionalizacao/modulo_operacional_2_mobilizacao.pdf. Acesso em: 03 dez. 2024.

BRASIL. Segmentação do turismo e o mercado. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010, 170p. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/segmentacao-do-turismo-e-o-mercado.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Plano Estratégico da Embratur 2024-2027. Brasília: Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR), 2024c. Disponível em: <https://embratur.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Plano-Estrategico-2024-2027-enviado-DIREX-9.02.24.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BUTLER, R. The concept of a tourist area cycle of evolution: Implications for management of resources. *Canadian Geographer*, 24 (1980), pp. 5-12.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM. Entendendo o turismo como vetor para o desenvolvimento municipal. Brasília: CNM, 2019. Disponível em: [https://cnm.org.br/storage/biblioteca/documentos/Entendendo%20o%20turismo%20como%20um%20vetor%20para%20o%20desenvolvimento%20municipal%20\(2019\).pdf](https://cnm.org.br/storage/biblioteca/documentos/Entendendo%20o%20turismo%20como%20um%20vetor%20para%20o%20desenvolvimento%20municipal%20(2019).pdf). Acesso em: 24 de mai. 2025.

FILHO, A. S. F.; FOGAÇA, I. F. Planejamento do turismo. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. 260 p. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/082022/79b9f0f62de0b22a281fc9869c5c423c.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

FOGAÇA, I. F. Aula 3: Estrutura do Sistur: conjunto da organização estrutural. In: FILHO, A. S. F.; FOGAÇA, I. F. Planejamento do turismo. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. p. 105-120. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/082022/79b9f0f62de0b22a281fc9869c5c423c.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

FRATUCCI, A. C.; MORAES, C. C. de A. Inventário da oferta turística: reflexões teóricas para o planejamento e ordenamento do espaço turístico. Caderno Virtual de Turismo, v. 20, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/cvt.20n1.2020.1783>. Acesso em: 18 dez. 2024.

MASTRODI, Josué. Políticas públicas: conceito. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. In: Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Econômico. Ricardo Hasson Sayeg (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

PIMENTEL, T. D.; PIMENTEL, M. P. C. Destino turístico como construção coletiva: os atores envolvidos e sua necessidade de articulação. TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo Local Sostenible, v. 8, n. 18, p. 12, 2015.

MINAS GERAIS. Orientações para o Planejamento e Gestão Municipal do Turismo em Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, 2014. Disponível em: https://www.icmsturismo.mg.gov.br/static/Orientacoess_para_o_Planejamento_e_Gestao_Municipal_do_Turismo.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

MINAS GERAIS. Plano Diretor do Turismo Verde em Minas Gerais: Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de Minas Gerais 2024 – 2031. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, 2024. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/arquivos/uploads/1728596641mc6oMxg7Q.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

MOVIMENTO NACIONAL ODS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2025. Disponível em: <https://movimentoods.org.br/ods/> Acesso em: 14 mai. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 14 mai. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. A Practical Guide to Tourism Destination Management, UNWTO, Madrid, 2007.

SOUZA, A. P.; LIMA, L.; SOARES, C; COSTA, G. W.; CAMARGO, J.; RIBEIRO, M. (2021). Introdução ao Monitoramento e à Avaliação de Políticas Públicas. FGV EESP: Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e a África Lusófona. Disponível em: https://esesp.es.gov.br/Media/esesp/pos/introducao_monitoramento_e_avaliacao_de_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 12 mai. 2025.



CULTURA E
TURISMO



**GOVERNO
DE MINAS**
AQUI O TREM PROSPERA.